

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

N.º 6/2014

DIA: Quinze de dezembro do ano de dois mil e catorze.-----

HORA: Dezanove horas e quinze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP); -----

2º SECRETÁRIO: Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP),
designado para o efeito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Carlos Dinis Correia Piedade, em substituição da Sra. Dra. Maria Silvina de
Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP); -----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em substituição do Sr. Eng.º Jorge
Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

2014.12.15

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----
- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Mariana Cubal Fonseca Brandão (PPD/PSD); -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS), que chegou mais tarde como oportunamente se faz referência;-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS); -----
- PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, que chegou mais tarde como oportunamente se faz referência;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Manuel Correia de Campos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores em regime de permanência Dr.

2014.12.15

Antônio Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva e
Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes das seguintes substituições:-----

- **o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos** participa na presente sessão em substituição do Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva;-----
- **o Sr. Carlos Dinis Correia Piedade**, foi convocado nos termos da Lei, para substituir a Sra. Dra. Maria Silvina Pissarra.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou a correspondência recebida no período compreendido entre a última sessão (30 de setembro) e a presente data, destacando o ofício n.º 4061/2014 da Câmara Municipal de Vale de Cambra, o qual remete para conhecimento os processos instruídos ao abrigo do parecer genérico favorável desta Assembleia de 20 de novembro de 2013; bem como o ofício n.º 4080/2014 da Câmara Municipal que remete para conhecimento o Parecer sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pelo Conselho Diretivo da ANMP. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados em pasta própria. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o seguinte voto de pesar pelo falecimento da senhora Professora Maria Elizabeth Tavares Ferreira Campos, esposa do senhor Dr. Adérito Manuel Soares Campos: “O Dr. Adérito Manuel Soares Campos é um nosso conterrâneo que tem dedicado muito do seu tempo à vida política, nacional e local.-----

Foi deputado à Assembleia constituinte onde muito trabalhou para a elevação de Vale de Cambra a cidade.-----

A nível local desempenhou vários cargos políticos a nível partidário e até à última legislatura foi assessor do Presidente da Câmara.-----

2014.12.15

No entendimento de que para uma dedicação à causa pública toda a retaguarda tem que ser assegurada para que a dedicação seja plena e como esta retaguarda no caso do Dr. Adérito Campos foi assegurada pela professora Elizabete Campos proponho a esta Assembleia a aprovação deste voto de pesar”.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Elizabete Tavares Ferreira Campos e do mesmo dar conhecimento à sua Família.-----

De imediato o Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Sr. João Pedro Costa que deu as boas vindas a todos os presentes à freguesia de Macieira de Cambra. Em nome da Junta de Freguesia, agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia pela descentralização das assembleias, bem como a sua realização nesta Freguesia. Acrescentou contudo que a realização desta sessão em Macieira de Cambra só faz sentido se a mesma trazer o anúncio de obra para a freguesia, pelo que referiu algumas das necessidades ao Sr. Presidente da Câmara. A primeira relativa à toponímia, perguntando-lhe quando serão fornecidas as respetivas placas de toponímia. A sua falta tem dificultado a identificação das ruas por parte de prestadores de serviços de telecomunicações e outros. Segundo relativo ao saneamento, solicitou a execução de um pequeno troço de saneamento no lugar de Relvas (para cerca de 15 moradores), havendo cedência de terreno para a instalação do sistema de elevação; solicitou a ligação de saneamento na Rua do Alambique, no lugar de Santa Cruz, ligando o mesmo ao emissário na Aguincheira; uma vez que em 2005 foi feito o emissário desde S. Bartolomeu a Santo Aleixo, sugeriu a resolução do problema de saneamento no Barracão (prédio construído por Moreira Dias) através da execução de um emissário por gravidade. Terceiro, perguntou para quando será possível a execução da obra de mandato em PPI,

2014.12.15

projeto este que já está feito e entregue na Câmara. Solicitou ainda o alcatroamento dos seguintes locais: das Lages à rua Luíz Bernardo de Almeida, que liga Lourosa a Algeriz e à zona industrial; do Largo do Pais em Malhundes, cujo acesso é íngreme e de difícil subida quando o piso de paralelo está molhado.

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, em nome da bancada do CDS/PP, após saudar os presentes, em particular os Macieirenses e todas as Instituições da Freguesia, felicitou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de levar as sessões da Assembleia às várias Freguesias do concelho criando oportunidade às populações de falarem na primeira pessoa.-----

Felicitou ainda o Sr. Presidente da Assembleia pelas homenagens levadas a cabo, designadamente à Professora Doutora Paula Coutinho e ao Escritor Ferreira de Castro, marcando presença na Freguesia de Macieira de Cambra já que são duas pessoas muito ligadas à referida Freguesia.-----

Saudou de forma especial, pelo acolhimento dado, o Sr. João Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, extensivo aos elementos do Executivo e da Assembleia de Freguesia.-----

Acrescentou que a Assembleia Municipal veio à origem histórica do concelho, há noventa anos era nesta casa a sede do concelho de Vale de Cambra. Macieira de Cambra estende-se por 18km², tem uma população de 4752 habitantes, ancorada fundamentalmente na zona urbana de Macieira de Cambra e que conjuga o espaço urbano com o espaço rural. Tem sido notável o índice demográfico da Freguesia, entre 2001 e 2011 é certo que a população caiu, mas em apenas 69 habitantes. Tendo diminuído a população em todo o concelho, foi na Freguesia de Macieira de Cambra que a diminuição relativa foi mais reduzida, sendo curioso que houve um crescimento da população feminina. Ao longo do tempo a população tem crescido invariavelmente década a década, e nos últimos

2014.12.15

cem anos mais que duplicou a população. Macieira de Cambra é constituída por gente laboriosa, gente generosa, pessoas que têm um grande espírito empreendedor, que sabem partilhar as suas dificuldades e também virtudes nomeadamente através do associativismo, que sabem defender como ninguém as suas tradições e o seu património imaterial. Macieira de Cambra é também terra de gente das ciências, das artes, da cultura e da filantropia. Na Freguesia de Macieira de Cambra estão localizadas as infraestruturas talvez mais importantes do concelho ao nível da educação, do ensino, ao nível da cultura e ao nível da assistência social. Mas Macieira de Cambra e a sua população merecem que elas aqui estejam pelo que têm feito nestes domínios. Não são só maravilhas, Macieira de Cambra também tem muitas dificuldades e tendo estado na Assembleia de Freguesia nos últimos quatro ano sentiu isso da parte da população e pelo que pode observar pois esta é também a sua Freguesia. As dificuldades sentem-se nas acessibilidades, nos transportes, ao nível do saneamento, em diversas áreas. Acreditam que vão ser criadas condições para melhorar a qualidade de vida em Macieira de Cambra, querem crescimento sustentado e ordenado, querem conjugar a economia com a ecologia e com a natureza, querem indústria e aproveitar os recursos endógenos. Referiu que uma das empresas mais importantes do seu sector a nível mundial nasceu em Macieira de Cambra e infelizmente se afastou daqui há alguns anos. Macieira de Cambra é uma terra de gente fantástica que hoje se homenageia. Poderia salientar algumas figuras proeminentes desta Freguesia mas não o faz porque todo este dinamismo tem resultado do movimento coletivo de todos os Macieirenses. Ainda assim há uma pessoa que não podem esquecer e que têm de homenagear que é o Comendador Luíz Bernardo de Almeida.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, após saudar os presentes, e em particular as associações de Macieira de Cambra ali representadas, referiu que é

2014.12.15

com satisfação que vem a este local, porque durante quatro anos presidiu à Assembleia de Freguesia, do que tem boas recordações, tendo-se conseguido um diálogo ameno, reunião profícuas e discutidas mas sempre com amizade que ainda hoje se mantém e sempre se manterá.-----

Não pode deixar passar o momento sem abordar algumas questões, começando por referiu que embora estando nesta casa com satisfação, entende que uma vez que a Câmara Municipal é proprietária do Centro Cultural a presente sessão deveria ter-se lá realizado. Não retirando brilho que esta casa merece mas porque teriam lá outras condições. Relembrou que na última sessão o Sr. Presidente da Assembleia disse que não se deve baixar o nível da assembleia, acrescentando que as condições em que realizam as sessões também contribuem para a qualidade da Assembleia Municipal, e entende que no Centro Cultural teriam melhores condições. -----

Foi neste momento interrompido pelo **Sr. Presidente da Assembleia** que explicou que o primeiro ponto do PAOD é a aprovação da ata, mas dado que se encontram na Freguesia de Macieira de Cambra deixou que as várias forças políticas saudassem Macieira de Cambra. Logo após passarão à votação da ata e só depois os Membros poderão fazer as intervenções no período de antes da ordem do dia, pelo que chamará de novo o Sr. Eng.º Afonso Almeida para continuar a sua intervenção.-----

O Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, após saudar os presentes, na qualidade de Macieirense e aproveitando a oportunidade suscitada pela realização desta Assembleia nas instalações da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, na pessoa do seu anfitrião, Sr. João Costa, seu ilustre Presidente saudou todos os habitantes desta histórica e singular Freguesia. Julga ser da mais elementar justiça fazer uma particular referência aos Autarcas da Freguesia que ao longo de tantos anos muito contribuíram para a afirmação de Macieira de Cambra,

2014.12.15

independentemente dos partidos políticos a que pertenceram. Ao contributo para a afirmação e desenvolvimento da Freguesia não pode ser fixada a mesma importância no que aos Autarcas diz respeito, contudo não fez referências particulares a um ou outro Autarca, para não correr o risco de omitir algum ou de alguns, o que seria injusto. Fez ainda referência a todos os dirigentes associativos da Freguesia de natureza cultural, desportiva, recreativa, de solidariedade social e de carácter religioso, tanto mais justificada por Macieira de Cambra ser um exemplo a seguir no campo associativo, nos mais diversos sectores quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Ficando-se assim por uma referência de carácter genérico, sem embargo de vir a mencionar este ou outro autarca, ou simples cidadão, a propósito de algumas obras que pela sua envergadura e importância no contexto da Freguesia ou do Concelho o justifiquem. -----

Chegaram à sessão os Senhores Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e o Sr. Rogério Brandão dos Santos.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2014: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite concedeu a palavra ao Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho e ao Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, para indicarem as suas correções à proposta da ata.-----

A Assembleia Municipal aprovou a ata da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e catorze, com as devidas correções à proposta da ata, por maioria de 26 votos a favor, tendo absterido a Sra. Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado e o Sr. Manuel Correia de Campos, por não ter estado presente na referida sessão.-----

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra ao Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida por forma a acabar a sua anterior intervenção, que

2014.12.15

começou por referir que as questões que coloca fá-lo no sentido construtivo e não crítico. Assim, referenciou a necessidade de manutenção do Centro Cívico de Rôge porque está a entrar água no edifício, estando já os tacos do palco a levantar. Sendo pertença da Câmara Municipal, pede a sua correção. É pena que um edifício daquela dimensão e qualidade se deixe danificar. Este é um mal comum a outros edifícios do Concelho, designadamente o Pavilhão Municipal, que está em uso pleno da prática desportiva e as condições já não são as melhores. Perguntou para quando está prevista a rentabilização dos pavilhões de Cavião e Algeriz. Já têm uma boa dúzia de anos e continuam com as paredes ao alto. Referiu ter analisado o espaço do parque de estacionamento do Pavilhão de Algeriz com lugar para meia dúzia de carros ligeiros. Foi um investimento feito, que deveria ser rentabilizado pela Câmara Municipal.-----

Deu um elogio pelo facto de se verificar algum brio no arranjo no Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho, dado que a relva é cortada atempadamente, começando a ficar com alguma beleza. Sobre o Centro de Educação Ambiental ali existente quis saber quanto custou e qual é a população alvo a servir. Solicitou que a Câmara Municipal notifique o proprietário do terreno que confronta com a via do Parque, sito por trás da Rua de Vila Chã, no sentido de efetuar a sua limpeza, na totalidade do terreno, uma vez que ali se encontra um matagal, e que não fizessem como no caso do terreno junto da rotunda do Milénio que lhe apararam as barbas e ficou o cabelo grande na mesma.-----

Uma vez que estão em Macieira de Cambra referiu que embora o Centro Cultural seja de grande qualidade, a acessibilidade ao mesmo não é a melhor. Acresce o facto do estacionamento ter reduzido em Macieira de Cambra. Existindo em tempos um projeto para a ligação à Avenida Dr. António Fonseca, perguntou para quando se prevê a execução do referido acesso e a criação de novos espaços de estacionamento, o que valorizaria mais o centro de Macieira de Cambra. Referiu

2014.12.15

que a Câmara Municipal tem trabalhado no sentido de desenvolver o turismo, com o que se congratula. Entende que as acessibilidades são importantes para o turismo, pelo que fez referência às acessibilidades a uma zona turística que se está a implementar e que já funciona - o Trebilhadouro, sendo que o acesso Macieira de Cambra centro – Porto Novo – Trebilhadouro tem péssimas condições, com a agravante das árvores que crescem nas margens e levantam o alcatrão. Sugeriu, no sentido, de valorizar esta via e criar melhor acessibilidade ao Trebilhadouro, a retificação da referida estrada. Além disso a Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. João Costa, há cerca de seis anos fez o contacto das pessoas até ao Fojo e os proprietários cediam o terreno gratuitamente para o alargamento da estrada. O atual Sr. Presidente da Junta já na altura demonstrou sensibilidade para abordar as restantes pessoas para que o alargamento fosse feito até ao Trebilhadouro. Segundo o que constatam começam a existir folgas nos orçamentos, seria altura de investir nesta matéria também.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro começou por dizer que a história não se apaga, quer para o bem quer para o mal, ou seja julga haver legitimidade para fazer referência às obras mais salientes feitas em Macieira de Cambra pelos Executivos Municipais da responsabilidade do PSD. Referenciou a Requalificação da EM Varziela - Macieira de Cambra, na continuidade da obra iniciada no mandato do Dr. Luís Gonçalo; a Av. Dr. António Fonseca; a edificação da Escola do Búzio; a requalificação da estrada Cruz de S. Domingos – Rôge; a requalificação da Praça; a remodelação do Campo da Raposeira; o Centro Cultural de Macieira de Cambra. Pelo seu significado e pela excelência das suas valências, referiu o Centro Cultural, que é recorrentemente enaltecido por quem o visita e o utiliza nas mais variadas vertentes da cultura. Chamou à colação duas figuras incontornáveis de Macieira de Cambra a quem a Freguesia e o Concelho ficam a dever a iniciativa e conclusão desta obra emblemática - o Sr. Dr. António

2014.12.15

Fonseca à data Presidente de Câmara e o Sr. Prof. Joaquim Santos, já falecido, à data Presidente da Junta de Freguesia, tendo a obra sido concluída no mandato do Executivo presidido pelo Sr. Dr. Eduardo Coelho. Continuou referenciando a instalação do Museu Municipal, a instalação dos Armazéns Municipais, a Helipista e a Zona Industrial de Algeriz. Fez uma referência particular e devida ao apoio financeiro à reestruturação da antiga Casa do Povo, incluindo-se naqueles que *ad initium* duvidaram da exequibilidade deste projeto, pensando que o seu mentor Prof. Adriano Silva estivesse na origem de uma quimera, tão grande era o desafio a que se propunha. O sr. Prof. Adriano fez o favor de desmentir todos quantos pensavam tratar-se de uma utopia e a obra aí está como lição de que tudo é possível quando o empenho é superior às dificuldades. -----

A Freguesia de Macieira de Cambra ocupa um lugar de destaque no âmbito mais lato no Concelho de Vale de Cambra, grande é a sua expansão, como grandes são os desafios que se colocam. A nível de reivindicações há muito que dizer, curiosamente aquelas que iria fazer referência foram já ditas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Reitera o que este disse, acrescentando, relativamente ao saneamento básico, que aquando da reestruturação da EN que liga Vale de Cambra a Arouca, o então Presidente da Câmara, Eng.º José Bastos, num louvável aproveitamento de tal obra conseguiu que fosse instalada uma conduta no lugar de Valgalhardo, Freguesia de Macieira de Cambra, como primeiro passo para a concretização do saneamento para aquela região. No entanto, para que o saneamento seja uma realidade torna-se imperioso e urgente a efetivação da respetiva rede nas localidades adjacentes ao lugar de Valgalhardo, a saber Barracão, Pintalhos, Santo Aleixo, Vilarinho, Paredes, Cabanelas, Vinha de Pé, etc. Não se compreende, nem se pode aceitar, que em pleno Século XXI, haja localidades situadas a cerca de 5km quer da sede de Concelho, quer da sede da Freguesia que não disponham de saneamento básico. Por isso pediu o empenho

2014.12.15

da Câmara Municipal na sua execução.-----

Quanto à toponímia, referiu que a Junta e Assembleia de Freguesia desenvolveram este processo com muito empenho e muito critério, o que elogiou.

Não basta que as ruas tenham nome, elas precisam ser identificadas com as respetivas placas. Subscrive também as reivindicações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia quanto a esta matéria. -----

Por último e não menos importante, se hoje se realiza uma Assembleia Municipal na sede da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, tal facto significa que a mesma se mantém autónoma, não obstante a votação do PS com a honrosa exceção do Sr. João Costa, e do CDS com a honrosa execução do Sr. António Sousa, em sede de reorganização administrativa do País, ter sido contra a autonomia da Freguesia de Macieira de Cambra. Terminou perguntado qual a razão do PS e do CDS não terem apoiado a continuação da autonomia da Freguesia de Macieira de Cambra.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, cumprimentou todos presentes, com uma saudação especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, hoje anfitrião e, na sua pessoa, a todos os habitantes de Macieira de Cambra, nesta que é a vila histórica de referência do Município, Macieira de Cambra, que a 10 de fevereiro de 1514, lhe viu atribuído o foral pelo Rei D. Manuel I, como reconhecimento de um território e uma comunidade com relevância económica e política. E este particular do dia da data celebrativa é também para si de particular significado.-----

Hoje, e na sequência de brevíssimas notas deixadas noutras sessões, quis partilhar algumas preocupações, propor uma reflexão conjunta, e, com o contributo de todos, descortinar oportunidades de desenvolvimento e promoção do orgulho de ser Cambrense, tão ao jeito do senhor Presidente, incluindo os mais frágeis da nossa sociedade.-----

2014.12.15

Está em conclusão o primeiro ano de vigência do IV Quadro Comunitário de Apoio que se irá estender até 2020 e ainda não está encerrado o III Quadro. Estão a assistir à contingência da devolução ou impossibilidade de aplicar todos os fundos disponibilizados pela Comunidade Europeia. Ainda recentemente a Segurança Social alertava para a disponibilidade de fundos e apelava às instituições com projetos e obras realizadas, sem participação, para formalizarem candidaturas divulgando três datas/etapas para apresentação de candidaturas. Numa corrida contra o tempo há instituições que estão a procurar aproveitar ainda estas últimas oportunidades. Ainda bem! As dificuldades são muitas e todos os apoios serão certamente bem-vindos.-----

Entrados no IV Quadro Comunitário começam a abrir programas que importa aproveitar de forma estratégica para benefício do Município e dos nossos concidadãos.-----

Pela primeira vez um Quadro Comunitário contempla verbas específicas e significativas (cerca de 500 milhões de euros) para a área social, a inclusão, o combate ao desemprego, a inovação nas respostas sociais e outras possibilidades.-----

No passado dia 5 de dezembro, em Braga, tanto o Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social como o Sr. Primeiro-Ministro, realçavam as oportunidades e desafios lançados neste setor pelo novo quadro comunitário, apelando à imaginação e à inovação para se aproveitar devidamente todas as possibilidades em aberto.-----

O Sr. Ministro do Emprego e Solidariedade tem igualmente procurado divulgar e estimular as instituições a mobilizarem-se no sentido de chegar mais longe na sua ação de apoio social.-----

Estão perante uma oportunidade histórica para refletirem em estratégias de desenvolvimento da área social do nosso Município, cuidando de modo particular

2014.12.15

dos setores de maior vulnerabilidade, desde as crianças aos mais idosos, passando pelos doentes, acamados, pessoas isoladas que muitas vezes só saem de casa para recorrer a um hospital, desempregados de longa duração e famílias que embora trabalhando ou reformadas, auferem baixos rendimentos e vivem com sérias dificuldades financeiras, nomeadamente.-----

Enquanto eleitos e responsáveis pelas opções e prioridades que devem tomar na condução dos destinos do Município para a sociedade que querem ser amanhã, em que o ser justo, equitativo, haver lugar para todos, não sejam mera retórica mas factos que todos devem sentir, e assumir hoje essa obrigação de que a história os incumbe. Tornar realidade o que nesta época muitas vezes proferem que “natal é todos os dias” ou “quando o homem quiser”.-----

Pelas informações que vão chegando, as próximas candidaturas devem ser o mais abrangentes possíveis em território, instituições, empresas, entidades, parcerias, público-alvo, com enfoque nos resultados e sustentabilidade.-----

Informou que já teve oportunidade de partilhar com alguns Técnicos de Serviço Social do Município, da Segurança Social e com a Sra. Vereadora do Pelouro, algumas ideias para refletirem sobre a oportunidade de preparar uma candidatura do Município de Vale de Cambra com um projeto/programa de inclusão que seja transversal a todo o território, a todas as pessoas, a todas as instituições, associações e autarquias do concelho. O esboço/draft do que irá falar foi desenvolvido no âmbito de um estágio profissional da Dra. Ana Teresa Castro.-----

Em breves pinceladas, longe de ser exaustivo, deixou alguns traços, começando pela infância:-----

Acreditam que a infância é o momento próprio para a ampliação das experiências individuais, culturais, sociais e educativas, através da inserção da criança em ambientes complementares da família possibilitando o desenvolvimento com processos naturais entrelaçados com os culturais. -----

2014.12.15

As atividades artísticas e culturais não devem ficar restritas apenas a eventos, festas ou datas marcantes, mas sim constituir uma prática frequente no quotidiano escolar. É sabido que a escola é um espaço de conhecimento e de aprendizagem, no entanto, o desporto e as artes/cultura (música, literatura, pintura, escultura, teatro, dança) são também fundamentais para o desenvolvimento psicossocial da criança, ou seja, permite o enriquecimento cultural e o crescimento pessoal. Torna a criança uma pessoa mais segura e confiante, com condições favoráveis para progredir nos estudos, evitando assim, a insatisfação com o ambiente escolar ou, até mesmo, o abandono escolar. Permite também que a criança se torne um adolescente sem preconceitos e com uma vasta bagagem de valores. -----

A experiência recolhida no desenvolvimento dos projetos de vida de crianças no CAT de S. Gonçalo pode ser um exemplo de referência para o cuidado, trato e orientação de crianças desde os seus primeiros dias de vida, e da recuperação das famílias biológicas, sempre que possível, para o seu regresso. -----

Objetivos e Descrição-----

No âmbito da Infância-----

Os grandes objetivos deste projeto passam por promover a inclusão de crianças, cujas famílias estejam a passar por um período mais desfavorecido, na sociedade; dar a oportunidade a estas crianças de frequentarem atividades artísticas e/ou culturais, de modo a promover o crescimento pessoal e social da criança. Que a criança se sinta bem no grupo e se vá afirmando pelas suas capacidades progressivas. -----

Para tal, será importante envolver uma instituição de ensino superior, nomeadamente da área da psicologia e sociologia, a integrar um Gabinete de sinalização/observação, eventualmente a Universidade Católica, com quem tem havido bons contactos e parcerias com o Município, para supervisionar e monitorar o trabalho de investigação, orientando para as melhores opções

2014.12.15

possíveis cada criança a integrar ou integrada no projeto.-----

O público-alvo neste setor seriam as famílias do concelho mais desfavorecidas, com crianças pequenas, desde os primeiros meses de vida, numa atuação de apoio prevenindo, eventualmente, a necessidade de uma intervenção *a posteriori* da CPCJ. Para este propósito será necessária a participação da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesias, do Agrupamento de Escolas, das IPSS locais, das Conferências Vicentinas e Paróquias, por conhecerem de perto as crianças no seu meio e a realidade das famílias a que prestam apoio. À medida que são sinalizadas serão feitas propostas de avaliação psicossocial, de modo a perceber-se quais as áreas de maior interesse para as crianças. Com esta avaliação já é viável o lançamento de propostas a várias áreas, tais como, educação, cultura/artes, desporto. Para garantir o sucesso destas propostas será necessário criar e dinamizar, ou partir da rede de parceiros do Concelho, onde se possa contar para além das instituições referidas, atrás, nomeadamente as Autarquias e IPSS, considerar o Agrupamento de Escolas, Academia de Música, Universidade Sénior/Casa do Professor, Unidades de Saúde, Ordem dos Advogados, Câmara dos Solicitadores, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, Associação Desportiva Valecambrense, CDC de Macieira de Cambra e outros, Hóquei Académico de Cambra, Associação Cultural e Recreativa de Vale de Cambra, Escolas de Dança, Escolas de Pintura, Grupos Etnográficos, Grupos de Teatro, entre outros. A riqueza do nosso Concelho é fantástica neste tipo de Instituições. Deste modo, estes parceiros abrem as suas portas às famílias/crianças, incluindo-as nas suas atividades, consoante as suas áreas de interesse.-----

Atuando a montante, precocemente, poderão evitar amanhã a infelicidade de alguns jovens que destroçam com sofrimento as suas famílias e tanto perturbam a sociedade. Pensam que correr atrás do prejuízo é muito pior e mais dispendioso.-----

2014.12.15

Na área dos adultos, na população alvo, vê-se as famílias desfavorecidas, com desemprego ou reformados com rendimentos muito baixos que desenvolvem atividades artesanais com potencial de comercialização a precisar de apoio e promoção, elevar a sua autoestima e aumentar o seu rendimento.-----

Importa dar uma atenção especial a pessoas que vivem isoladas, pessoas que estão acamadas ou em cadeiras de rodas e só saem de casa, numa emergência, para ir ao hospital. Promover a sua saída regular, visitar pontos de interesse ou promover encontros e atividades para os que desejarem.-----

Longe de ser uma proposta fechada, apenas se pretende continuar uma reflexão que possa recolher contributos para o orgulho de sermos todos Valecambrenses.-----

A complexidade e importância deste assunto por certo merece a criação de um grupo de trabalho para aprofundar a estratégia, dinamizar e acompanhar a formalização de uma eventual candidatura, e composto por dois elementos de cada bancada que estejam disponíveis para participar voluntariamente sem quaisquer custos de participação para a Câmara Municipal.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Sr. Dr. Pina Marques a sua sugestão, deixando à consideração da Câmara Municipal a apreciação da sua proposta.-----

De seguida, o Sr. Presidente referiu, quanto à convocatória da Assembleia para este local, e atendendo à dificuldade que tem para o desenho geométrico, referiu compreender a preocupação do Sr. Eng.º Afonso Almeida, mas a visualização do número de pessoas presentes, no Centro Cultural era uma imagem degradante da participação cívica. Teve isso em conta, deixando em aberto a possibilidade de que se o número fosse considerável, deslocarse-iam para o Centro Cultural como foi feito com a homenagem à Doutora Paula Coutinho. A dignidade das funções é uma preocupação que tem.-----

Referiu que desde as eleições tem sido abordado por várias pessoas quanto à

2014.12.15

galeria dos Presidentes, patente nos Paços do Município, aquela é a sala de visitas de quem vem a Vale de Cambra, o que o levou a estudar um pouco o assunto. Existem lá dois trípticos, não entende esta opção e a sua interpretação é duvidosa. Mas há também uma situação que nunca viu e que está lá reproduzida. Quem segue ao Dr. Domingos de Almeida Brandão é o Dr. Armindo Ferreira de Matos, mas o Dr. Armindo Ferreira de Matos não aparece por ordem cronológica, antes dele é posto o Sr. António Joaquim Borges Ferreira e o Dr. António Bernardo Coelho e depois no segundo mandato é então colocado o Dr. Armindo Ferreira de Matos. O Dr. Armindo é o Presidente de Câmara em Vale de Cambra com mais mandatos, tem de ser respeitado pelo concelho. A nomeação para o seu primeiro mandato é em 1937, o código administrativo que nomeia os outros Presidentes é de 1940. Para haver lógica na colocação, em vez que ter um tríptico teria de haver quatro fotografias, o que tiraria dignidade à figura do Dr. Armindo, mas agindo assim também se retira dignidade ao Dr. Domingos de Almeida Brandão que tem dez anos de mandato como Presidente da Câmara. É o código de 1940 que nomeia os restantes Presidentes designadamente os que acontecem durante o 25 de abril, a dignidade deles é idêntica à dos restantes, pelo que não entende porque estão num tríptico que ainda por cima dá uma informação errada. Gostaria de começar o ano bem com essa sala de visitas. Deixou proposta à Câmara Municipal de colocar pelo menos por ordem cronológica as fotografias, que o Dr. Armindo Ferreira de Matos seja colocado no lugar correto, ou seja a seguir ao Dr. Domingos Brandão.-----

O que lá acontece é a colocação dos Presidentes, desde que a sede do Município passou para Vale de Cambra, sendo que o Sr. Manuel Maria da Costa Negrais faz precisamente a transição, uma vez que foi nomeado em agosto e a passagem do Concelho para Vale de Cambra acontece no dia 31 de dezembro de 1926. Após o golpe de 28 de maio e antes do Sr. Manuel Maria Negrais existem ainda três

2014.12.15

outros Presidentes, pelo que entende que deveriam integrar de alguma forma a história também naquela sala. Informou estar em contacto com Professores Catedráticos de Coimbra e pensa que na próxima sessão estará em condições de apresentar uma proposta concreta, no sentido de tornar a sala mais acolhedora , contando um pouco da história. Pensa propor o começo com a história após a Revolução Liberal. Existe documentação a partir de 1813, e a Revolução Liberal acontece em 1820, pensa portanto fazer a apresentação daqueles que foram os nossos Presidentes a partir de 1820. O assunto está a ser estudado para que seja devidamente fundamentado e que as informações não sejam postas em causa. Gostaria também de colocar por baixo de cada uma das fotografias o elenco da Vereação que acompanhou cada uma daquelas figuras. É um projeto que quer trazer e incorporar como sugestão à Câmara Municipal. Dá agora conhecimento, para dar oportunidade de cada um dos membros da Assembleia dar a sua contribuição.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, após saudar todos os presentes, referiu corroborar das preocupações do Sr. Presidente da Assembleia. Referiu que quando lhe falaram na galeria dos Presidentes foi um dos que quis que estivessem lá todos os Presidentes desde 1926, data do Município de vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu e referiu que quando o Município passa para Vale de Cambra estão lá. Em 1926 em Macieira de Cambra é que não constam.-----

Continuou o Sr. Dr. Manuel Augusto Bastos Carvalho referindo que se há erros históricos devem ser corrigidos. Também pediu um estudo quanto aos Presidentes de Câmara de Macieira de Cambra, no sentido de historicamente os colocar aqui na sede do Concelho de Macieira de Cambra. Isso não foi conseguido. Portanto, louva o Sr. Presidente e procuro que historicamente isso

2014.12.15

seja feito, honra a todos os autarcas sejam eles do Município de Macieira de Cambra ou sejam eles do Município de Vale de Cambra.-----

De seguida, referiu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal aquando da sua tomada de posse fez bandeira que fosse feito definitivamente um estudo ou auditoria das contas do Município de Vale de Cambra, para acabar com as especulações relativamente ao que houve durante a última campanha eleitoral. Ainda na última sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse e muito bem que uma auditoria não pode ser levada de ânimo leve, seria bom que as auditorias no caso do erário publico fossem controladas pela Assembleia. Assim, acrescentou ter sido surpreendido por uma notícia publicada no Correio da Manhã de 4 de dezembro, que refere uma auditoria apontando o número de vinte e sete milhões de euros, acompanhando a notícia uma fotografia do Sr. Eng.º José Bastos. Fazendo das suas as palavras do Sr. Presidente da Assembleia, referiu que em democracia assuntos desta natureza devem ser primeiro discutidos na Câmara e depois na Assembleia Municipal, e só depois levadas às últimas consequências, as verdades que essa auditoria revelar. Deixa este assunto nas mãos do sr. Presidente da Assembleia.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida para fazer um esclarecimento quanto à defesa da Freguesia de Macieira de Cambra como independente, informou que foi eleito nas listas do PS e está com boa disposição para colaborar com a Assembleia e a Câmara Municipal para defender a população de Vale de Cambra, mas como Independente, não deve nada a nenhum partido, não está aqui para fazer política partidária, em contrário de muitos que estão ali em defesa do partido e não daquilo que pensam. Acrescentou, que contrariamente ao que ouviu, a defesa da Freguesia de Macieira de Cambra como independente, foi primeiramente trabalhada pela Junta de Freguesia com a colaboração da Assembleia de Freguesia tripartidária, e por unanimidade elaboraram vários

2014.12.15

documentos enviados à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Numa fase posterior em colaboração com a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e a Câmara Municipal trabalharam em conjunto na defesa disso. Já nessa altura fazia parte da lista do PS, como independente. Não retira valor ao Sr. João Costa, atual Presidente da Junta da Freguesia, dado que todos os elogios que aqui lhe foram atribuídos são justos.-----

Acrescentou que há um ano foi o único a votar contra o Orçamento e uma das razões foi a falta de verba para as associações culturais e recreativas e para as Instituições sociais, nomeadamente a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente de Vale de Cambra. Hoje, em seu nome e em nome da Bancada do PS, referiu congratular-se pelo gesto da Câmara Municipal em “oferecer”, através da Lei do Comodato (50 anos, mais um), a Escola de Lordelo àquela Associação. Se há um ano esteve contra, hoje dá os parabéns à Câmara, por entender que esta foi uma medida justa, porque esta associação não é de alguém em particular, é uma responsabilidade de todos.-----

O Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, após cumprimentar os presentes, em especial o anfitrião, Sr. João Costa e os Macieirenses presentes, começou por desejar a todos nesta Quadra Natalícia um coração repleto de paz e serenidade, bem como às respetivas famílias, enfrentando a vida com esperança. -----

Referiu que Portugal depara-se sigilosamente para a maior machadada na sua identidade histórica nacional e cultural, a sua língua e a sua liberdade, que é o “Contrato interadministrativo de delegação de competências” - aproximar a educação, vulgarmente conhecido como Municipalização do ensino público. Não se trata de um problema só local, trata-se de um problema nacional. É uma questão transversal ao País e representa a maior transformação do Ensino público em Portugal desde o 25 de abril. A Municipalização do ensino público cujo processo reflete um problema nacional e está envolto em profundo secretismo,

2014.12.15

interesses políticos e economicistas. Em causa está a previsão da passagem de competências do estado para as autarquias, inclusive as relativas de à gestão de professores e demais funcionários, e à definição dos currículos escolares em diferentes graus de ensino inclusivamente o secundário. Acrescentou, que as suas reservas prendem-se sobretudo com a condução do processo, já que tanto em Vale de Cambra, como em outros Municípios abrangidos pelo projeto, há uma tentativa de secretismo e uma falta de transparência absoluta. Apesar das Câmaras conhecerem este projeto desde maio, tendo sido entregues os documentos aos responsáveis das escolas, às suas cúpulas, pedindo-lhes para não os divulgarem junto da restante comunidade educativa, mantendo o assunto dentro de uma esfera restrita, o que não se compreende. Pelo número de autarquias a aderir à pressa ao projeto, quererá dizer que mesmo estando em causa o que é hoje um projeto piloto, a mudança é para ser efetivamente concretizada mais tarde. Para além desses interesses economicistas, a confirmar-se a municipalização educativa, os currículos podem ser até 25% diferentes de Câmara para Câmara, destruindo-se assim o conceito de ensino público enquanto garante de equidade e elemento de coesão social. Disse que aquilo que se pretende - ensino de equidade, elemento de coesão social com os mesmos direitos e as mesmas possibilidades para todos os alunos - vai tornar-se numa situação fraturada o que é absolutamente indesejável para os estudantes e para Portugal, referindo-se à cláusula 6.^a (objetivos estratégicos), alínea f), do n.º 2, do referido documento. Assim, as Câmaras com melhor situação financeira poderão ter um ensino melhor. E as endividadas, como Vale de Cambra? É o que se verifica em outros Países, por exemplo em Itália que no norte tem um ensino normal, porque tem muita indústria, no sul o ensino está ao nível do México. Mas o problema estende-se a muitos outros Países da Europa. A Suécia pretende abandonar o modelo de escolas privadas, que fez descer, durante uma década,

2014.12.15

os resultados para níveis do terceiro mundo. No que se refere à contratação dos professores, a ser transferida para as autarquias, resultará nalguns problemas: mantêm-se as questões economicistas. O contrato prevê que os Municípios possam despedir 5% dos professores necessários - não dos que estão a mais - indo estes receber metade do valor que neste momento corresponde a 13600euros grosso modo, o que tem tido, aliás, variações também muito estranhas, e numa grande permeabilidade no recrutamento dos docentes, dada a pressão que vai ser exercida sobre as Câmaras na atribuição de postos de trabalho. Veja-se o relatório de transparência recentemente publicado. Só a manter-se a gestão dos professores sobre tutela do Estado poderá manter-se isenção absoluta em relação às contratações, que pode ficar em causa passando para ao domínio municipal. Pela falta de transparência, de diálogo e de discussão pública, exige-se da Autarquia em concreto maior abertura sobre o tema com a disponibilização de informação cabal e transparente a toda comunidade educativa local. Os documentos sobre o assunto têm sido enviados às direções para as direções dos Agrupamentos, mas tem sido pedido que não os divulguem nem entreguem à comunidade. Não se trata de uma luta de professores, é uma luta de toda a comunidade educativa, pelo ensino público e pela escola pública que, no seu entender, com mais esta reforma, leva uma machadada absoluta com a destruição de valores fundamentais da sociedade portuguesa e o estado social.---

Acrescentou que, se a Câmara Municipal assinar este contrato vai afirmar três coisas perante os Valecambrenses:-----

(1) aos pais e encarregados de educação: vai pedir-lhes, muito em breve mais impostos, tendo prometido, nos últimos cinco anos, que os baixaria significativamente. Isto porque o Governo não vai cumprir os contratos assinados. Um exemplo é o que passa com a Câmara de Ponte da Barca, saiu há bem pouco tempo na comunicação social; uma forma habilidosa de passar todas as escolas

2014.12.15

públicas para o privado - interesses economicistas!-----

(2) aos alunos: para justificar essa reforma, as escolas vão reduzir significativamente a exigência e a excelência. É uma forma intencional de desestruturação da sociedade, e se assim for vai pôr em causa a liberdade e o desenvolvimento das futuras gerações, aumentando as injustiças e a desigualdade, o sofrimento e a escravatura. Disse que não se admiraria de em breve estarem a eleger novos Hitler's e a terem novas e graves crises económicas e sociais. Uma sociedade seguidista e facilmente manipulada. Uma sociedade ignorante interessa e muito. Vende e vende-se. Pelo contrário, pretende-se uma sociedade pensante e crítica, garante de liberdade;-----

(3) aos professores, que se dedicam apaixonadamente: ao despedi-los por um preço de 13600euros consideram-nos como mercadoria barata, muito eles com muito anos de dedicação. Poderá contratar, até 25%, a dois ou três euros à hora, contribuindo assim para a precarização, para a escravatura. Só em Oliveira de Azeméis prevê-se que poderão ser despedidos mais de 150 professores.-----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse-lhe para ter cuidado com o presente envenenado que possa assinar. Referiu que a Câmara Municipal deve ser um parceiro da escola e não dona. A escola sabe muito bem gerir-se. Acrescentou que o estado não deve desresponsabilizar-se dos seus deveres. Se quer poupar dinheiro que poupe, mas não o faça na educação. Que o faça nas PPP ou que vá à procura dos fraudulentos que tanto têm prejudicado Portugal.-----

Por fim, fez as seguintes perguntas, que dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara: quais as vantagens do projeto? Quais os ganhos da Câmara? Pela pesquisa que efetuou a maioria das Câmara que aceitou este projeto-piloto está endividada, pelo que perguntou quais são as contrapartidas esplanadas no anexo n.º 8, secretíssimo. Qual vai ser o papel do Diretor e do Conselho Geral da Escola, das escolas com contratos de autonomia? Como vai ser a progressão na carreira de

2014.12.15

professores e funcionários das escolas? Tendo conhecimento que o parecer do Conselho Geral do Agrupamento é contrário à municipalização da educação, pretende o Sr. Presidente continuar com o projeto mesmo contra os pais, alunos, professores e comunidade educativa representada nesse conselho geral? Compromete-se a debater este problema na Assembleia Municipal antes de assinar o mesmo? Espera que não seja assinado.-----

Referiu ainda que como a Câmara Municipal tem possibilidade de definir 25% dos programas, se correr mal a Câmara é que vai responder por isso.-----

Ainda em relação à educação perguntou porque, nas páginas 39 e 40 da Informação Escrita sobre a atividade Municipal prestada na última Assembleia, se lê que a obra do Centro Escolar de Macieira de Cambra EB2 do Búzio está concluída, mas na realidade desde então ainda decorreram obras, não estando feita a marcação do polidesportivo.-----

Perguntou quando vai ser efetuada a marcação da estrada Cepelos – Felgueira, e para quando está prevista a requalificação da estrada Macieira de Cambra – Lourosa – Porto Novo. -----

Relativamente à Extensão de Saúde de Arões/Junqueira, e uma vez que em dezembro estão a ser marcadas consultas para o final de fevereiro, perguntou se for necessário à Câmara fazer um esforço financeiro para manter o médico e as enfermeiras, se a câmara irá fazê-lo.-----

Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida dizendo que na sessão realizada em Castelões, e hoje aqui também, foi referido que o CDS, salvo uma honrosa exceção, teria contribuído para a dissolução, incorporação da Freguesia de S. Pedro de Castelões e Macieira de Cambra. Isso não acontece. O CDS defendeu sempre e defende a integridade das nove Freguesias do concelho. Se não fosse assim, acredita que a população nestas eleições, se interpretasse dessa forma, não teriam perdoado a S. Pedro de Castelões e a Macieira de

2014.12.15

Cambra, e não lhes teriam dado a vitória.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga, após cumprimentar os presentes, com especial saudação à população de Macieira de Cambra, referiu, sobre a rede de água saneamento em Valgalhardo e Pintalhos, concordar que toda a população tem os mesmos direitos, e que o desenvolvimento do concelho mede-se na capacidade de investimento nas suas infraestruturas - rede de água, saneamento, acessibilidades e educação. Particularmente sobre o saneamento no lugar do Barracão, aconselhou o Sr. Dr. Reinaldo a ler uma ata da Assembleia Municipal do final do ano de 2012, altura em que a população do Barracão veio a uma sessão, e pode ler a resposta dada pelo então Presidente da Câmara, Eng.º José Bastos à mesma. Essas populações de Barracão, Pintalhos, Valgalhardo estão a sete, oito, nove quilómetros da sede do Município, mas têm todo o direito a ter rede de água e saneamento. Mas deixa o conselho e numa próxima sessão poderão comentar o assunto.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, congratulou-se pela realização desta sessão em Macieira de Cambra, aquela que é a sua terra; e desejou a todos um Santo Natal e que o ano de 2015 traga muitas coisas boas, com muita saúde para todos os presentes e respetivas Famílias.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva começou por cumprimentar todos os presentes, em especial o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que os acolhe.-----

Sem prejuízo da resposta dada pelas Vereadoras da Educação e da Cultura, começou por dar nota de uma notícia datada de quinze de dezembro, do Sr. Ministro Dr. Poiares Maduro que passou a ler: “A contratação de professores pelas autarquias nunca esteve prevista no âmbito da transferência de competências para os municípios, afirmou hoje o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro.-----

2014.12.15

Nunca esteve prevista a gestão e contratação de professores por parte dos municípios, para além daquilo que já ocorre das necessidades de base local", afirmou Poiares Maduro, no final do Conselho de Concertação Territorial (CCT), que se reuniu hoje em Lisboa.-----

O Ministro negou que tenha existido qualquer recuo na área da Educação, no âmbito da descentralização de competências para as autarquias, assegurando que a gestão do pessoal docente "nunca foi ponderada pelo Governo, nem foi proposta aos municípios".-----

Poiares Maduro adiantou que, na terceira reunião do CCT, foram discutidas as bases do anteprojeto de decreto-lei para a transferência de competências nas áreas da Educação, da Saúde, da Segurança Social e da Cultura."-----

Continuando o Sr. Presidente da Câmara informou que o Município de Vale de Cambra foi convidado, assim como cerca de outros vinte, para a descentralização da educação, a qual abrange apenas pessoal não docente e a possibilidade de intervir em 25% na definição dos programas curriculares. O documento foi entregue pelo Sr. Secretário de Estado Leitão Amaro, do PSD, que recebeu a Câmara muito bem, foi muito simpático e exemplar na forma como apresentou o projeto. Mas o projeto não tem condições objetivas para ser implementado. Após analisar o documento colocaram uma série de questões à Comissão que está a estudar esta matéria e até à data não obtiveram resposta. Entretanto o Conselho Executivo do Agrupamento foi convidado a ir a uma reunião com a DGESTE na qual foi apresentado o projeto, não sabem em que moldes porque não estiveram presentes nessa reunião. Tiveram sim uma reunião que antecedeu esta, com a mesma equipa que lhes fez a segunda apresentação do projeto. Como as respostas não chegaram, e também não foram dadas à escola, acha completamente prematuro e descabido fazer este tipo de afirmações, quando não há rigorosamente nada em cima da mesa para ser discutido. Quando tiverem um

2014.12.15

documento consistente que seja discutível, estarão cá para isso. Há uma cláusula que diz que compete ao Conselho de escola decidir a adesão a este projeto. O Município pode-se pronunciar favoravelmente, mas se a escola disser que não, esta é soberana nessa matéria.-----

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra disse que as pretensões da Freguesia são mais que legítimas e que já estão a trabalhar em conjunto em algumas delas. Há também algumas questões que terão de ser ponderadas. Acrescentou, quanto ao saneamento no lugar do Barracão, recordar-se que a população do Barracão dirigiu-se a uma sessão da Assembleia Municipal para reivindicar a ligação do saneamento e que a mesma foi quase corrida do edifício do Município alegando que à data sabiam perfeitamente o que tinham comprado, um edifício onde não havia rede de saneamento, e que a Câmara não tinha de dar resposta à sua situação. Referiu não compreender esse tipo de respostas. Compreenderia uma resposta que remetesse a resolução para uma data oportuna. É legítimo que a população faça essa reivindicação, independente do lugar da Freguesia a que pertençam. Naturalmente que o investimento em saneamento é alto, o grosso do investimento em saneamento e abastecimento de água foi fruto de projeto de candidaturas e financiamentos que foram feitos, em alturas que existia mais dinheiro. Ainda assim, de forma alguma irão descartar a possibilidade de fazer candidaturas, têm contudo de fazer alguns estudos e projetos onde não existam estas infraestruturas e candidatar aquilo que for possível candidatar. Quanto à água não há ainda uma definição completa e absolutamente fechada no que diz respeito à verticalização do abastecimento de água, porque há uma tendência cada vez maior de criar sistemas multimunicipais, e com isso marginalizar os municípios que não estão ligados aos grupos verticalizados. Acha que essa abertura vai existir, pelo que terão de estar atentos e ter os projetos no sentido de apresentar as candidaturas. Aqueles

2014.12.15

pequenos ramais que os serviços da Câmara possam fazer serão feitos. Em relação ao alcatrão, a Câmara Municipal tem procurado responder dentro da sua própria capacidade e os meios financeiros disponíveis, havendo compromissos assumidos com cada freguesia. Em relação a Macieira de Cambra, disse ao Sr. Presidente da Junta que este se esqueceu de duas reivindicações, uma dela a abertura de um caminho agrícola em Santa Cruz, não é uma obra cara mas é necessária, tendo assumido a responsabilidade de em conjunto com a Freguesia colocar a obra em andamento. Disse ainda ao Sr. Presidente da Junta que este se esqueceu da reformulação do jardim, assumindo perante todos que o jardim da Praça será reformulado, com a colocação de flores e a alteração dos bancos. -----

Em resposta ao Sr. Eng.º Afonso Almeida, disse não conhecer bem a história do Centro Cívico de Rôge, mas ao que sabe está ocupado por duas entidades uma associação e a Junta de Freguesia. Pensa que a manutenção do edifício compete à associação, mas terá de ler o Protocolo para saber se tal corresponde efetivamente à verdade. Quanto ao Pavilhão em mau estado, referiu que infelizmente não é só, também a Biblioteca e as Piscinas sofrem de uma degradação acentuada. A Câmara tem já uma série de estudos elaborados pela Divisão de Planeamento para numa próxima oportunidade apresentar uma candidatura no sentido de proceder à requalificação dos mesmos. Relativamente aos Pavilhões de Cavião e de Algeriz, o problema já tem largos anos, desde a sua construção, não têm balneários, não têm instalações sanitárias e têm algumas deficiências. Está-se a tentar adaptá-los às necessidades e vão elaborar protocolos com as associações que demonstraram interesse em utilizar e dinamizar os espaços.-----

Agradeceu o elogio quanto ao Parque da Cidade, procuram sempre fazer aquilo que está ao seu alcance e o melhor possível. Em relação ao Centro de Educação Ambiental referiu que é um espaço interessante, que inicialmente era para ter a

2014.12.15

sua localização junto ao relvado das Dairas e foi trazido para o Parque da Cidade, com um objetivo pedagógico de trazer as escolas a Vale de Cambra, envolver a comunidade científica e criar investigação. O monobloco ali colocado pretende transformar-se num centro de formação e de educação ambiental com diversas valências. Quando usado em pleno pela comunidade escolar e científica crê que dará mais vida ao parque, que será uma mais valia. Quanto à não manutenção (limpeza) dos terrenos privados, informou que os proprietários têm vindo a ser notificados, alguns cortam outros não e neste caso a Câmara faz a limpeza coerciva, cobrando o serviço ao proprietário. Mas evitam ao máximo tomar essa atitude, tentando sempre que seja o proprietário a fazer o trabalho. -----

No que se refere à ligação à Av. Dr. António Fonseca não consegue prestar informação neste momento.-----

Relativamente à ligação Macieira de Cambra - Porto Novo, informou que tem estado a trabalhar com o Sr. Presidente da Junta no assunto, tendo-lhe pedido ajuda no que se refere à cedência dos terrenos. Logo que a oportunidade surja essa obra poderá vir a ser feita. Gostava de poder dizer que a folga no orçamento é uma realidade mas tal não é verdade. -----

Agradeceu o facto de ter sido mencionada a cedência das instalações da antiga escola de Lordelo à Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, que a Câmara teve todo o gosto, sendo um grande contributo para esta associação, para as famílias e para os deficientes que dela necessitam.-----

Quanto à toponímia da Freguesia de Macieira de Cambra e de Rôge são uma necessidade, vai analisar o que se passa e assim que possível dará andamento ao assunto.-----

No que se refere à intervenção do Sr. Prof.. Pina Marques, que apelidou de longa e interessante, referiu que apelou àquilo que ele próprio tem vindo a dizer que é uma necessidade trabalhar em rede, em equipa, envolver os vários parceiros

2014.12.15

instalados no concelho, IPSS's, escolas, Municípios, Juntas de Freguesia, Associações. É importante este trabalho coletivo e que se pense numa candidatura abrangente. O objetivo das candidaturas vão muito no coletivo, intermunicipal, o individualismo está cada vez mais posto à margem. Felicitou o Prof. Pina Marques pela sua intervenção, nela está encerrada um forte espírito de envolvimento coletivo, que também partilha, olhar para aqueles que mais necessitam. -----

Por fim, dirigindo-se ao Dr. Carlos Matos disse que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, na última sessão da Assembleia e também nas reuniões de Câmara, tem sido insistentemente abordada a questão do abaixamento de impostos, redução de IMI, quando em algumas intervenções relativamente recentes se propunha por parte da bancada do PSD o aumento do IMI, agora estranhamente propõe a redução de todos os impostos, continuando contudo a pedir obra e mais obra. Há que estabelecer um ponto de equilíbrio, sabendo-se que reduzir impostos significa menos obra, subida de impostos significa mais obra. Não defende a subida de impostos, sempre foi contra o aumento de impostos ou taxas que penalizem as famílias. Mas objetivamente têm de ser sensatos e razoáveis e, acreditar que para conseguir fazer alguma coisa na situação financeira que o Município está, têm de ter dinheiro. Quando se fala em candidatar é necessário ter a componente financeira para o efeito. Como tal, disse que não se deve entrar em discursos demasiados demagógicos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dado que foi abordada a questão da Auditoria, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse o assunto, parecendo-lhe que seguiu os trâmites normais, tendo já sido apresentada na reunião de Câmara. Vai permitir portanto que o PAOD se prolongue por mais algum tempo em virtude da importância do tema a abordar.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro

2014.12.15

e **Silva** proferiu a seguinte intervenção relativa à auditoria, que se transcreve:
“Rigor e transparência” foi um dos slogans que a candidatura do CDS adotou na
campanha para as eleições autárquicas de setembro de 2013. -----

O período pré – eleitoral ficou marcado pela discussão sobre a real situação
financeira do Município de Vale de Cambra. As diferentes candidaturas, a opinião
pública e os autarcas que exerciam o poder executivo, discutiram durante meses
esta problemática, sem que a mesma discussão resultasse numa clarificação e
quantificação da dívida. -----

Ainda antes do ato eleitoral assumimos a intenção, caso vencêssemos as
eleições, situação que veio a se verificar, de que iríamos solicitar a realização de
uma auditoria financeira para que fosse possível diagnosticar a real situação do
município. -----

Anunciaram após o ato eleitoral que a dívida deveria rondar os 16 milhões de
euros, tendo sido desde logo perceptível que não se encontravam contabilizados,
neste mesmo valor, compromissos assumidos ou resultantes de deliberações do
anterior executivo municipal.-----

Desde o primeiro momento, referimos que apenas uma auditoria realizada por
uma entidade externa, sublinho, auditoria realizada por uma entidade externa, nos
permitiria assegurar uma análise objetiva, rigorosa, independente e imparcial à
situação financeira do Município. -----

A 14 de Fevereiro de 2014 reunimos as condições necessárias, procedimentais e
orçamentais, para adjudicar a execução do estudo financeiro à empresa Esteves,
Pinho & Associados, Sroc. -----

Durante os últimos 10 meses a referida entidade procedeu a uma análise das
contas do Município, deparando-se com um conjunto de condicionalismos que
fizeram arrastar no tempo a conclusão da auditoria financeira externa. A
complexidade da análise dos dados existentes, a escassez ou dificuldade de

2014.12.15

acesso à documentação e a informação da existência de dívida contingente não documentada adiaram sucessivamente o *terminus* deste processo aguardado com expectativa por todos nós e pela generalidade dos Cambrenses. -----

Facilmente poderão concluir, tendo em consideração o que referi, que chegou o momento de anunciar publicamente as conclusões que foram possíveis apurar com a realização da auditoria financeira às contas do Município. Será importante anunciar, antes da apresentação do valor aproximado apurado, da impossibilidade de anunciar com precisa exatidão o valor total da dívida, condicionante resultante de parte da mesma estar classificada como dívida contingente e por isso mesmo, só ser possível o seu apuramento exato após a finalização de negociações ou a transição em julgado dos processos que se encontram em contencioso. Mas também é importante referir que o valor da dívida contingente apresentado é sem qualquer dúvida o mínimo esperado. -----

Assim sendo, sempre que existir a transição da classificação de uma dívida contingente para dívida efetiva ou exigível será necessário atualizar os valores totais da dívida à data de 31/10/2013. -----

A auditoria externa às contas do município apurou a existência de uma dívida a rondar os 27,64 Milhões de Euros em outubro de 2013, sublinho, uma dívida a rondar os 27,64 Milhões de Euros em outubro de 2013.-----

Entendo ser pertinente, para que não subsista qualquer dúvida, apresentar resumidamente as principais classificações da dívida apurada e os seus respetivos valores. -----

1 - Dívida exigível, ou seja, dívida registada nos serviços contabilísticos do município – 16,744 Milhões de Euros.-----

2 – Dívida efetiva, compreende-se pela dívida resultante de compromissos assumidos ou de deliberações que não se encontra refletida nos serviços contabilísticos do município – 1,115 Milhão de Euros. -----

2014.12.15

3 – Dívida contingente, dívida não registada, reclamada por fornecedores e que deverá ser apurada a sua existência em contencioso; ou dívida resultante de deliberações dos órgãos autárquicos, mas que carecem de visto prévio por parte do Tribunal de Contas – 7,186 Milhões de Euros.-----

4 – Dívida mista, dívida resultante de expropriações de terrenos, sendo desde logo perceptível a obrigatoriedade do pagamento de indemnizações, cujos valores carecem de acordo entre as partes ou através da transição em julgado dos valores estipulados pelos tribunais – 1,740 Milhão de Euros.-----

Relativamente a esta classificação da dívida, será importante ainda referir, que na chamada dívida contingente foi contabilizada a deliberação dos órgãos autárquicos, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, referente à extinção da Parceria Público Privada da VCP – Vale de Cambra Parques. Não foi contabilizada esta dívida, como dívida efetiva, somente pelo facto de carecer de visto prévio por parte do Tribunal de Contas. -----

No entanto, a deliberação em período pré – eleitoral, e o valor acordado para a referida extinção (5,6 Milhões de Euros) condicionou e condicionará o atual executivo no encontro de uma solução menos onerosa para os cofres do Município e que melhor salvguarde os interesses públicos. -----

Na realidade, as referidas deliberações afastaram a possibilidade de qualquer tipo de disponibilidade por parte do privado para a revisão de preços em baixa, situação que consideramos de interesse municipal. Da mesma forma, tememos que num eventual tribunal arbitral, a referida deliberação seja tomada em consideração, e de certa forma já esteja sentenciado o seu desfecho.-----

Importante será referir, que ao contrário do que sistematicamente é dito por quem governou o Município até setembro de 2013, nunca foi assegurado qualquer tipo de financiamento que permitisse a criação de condições para a aquisição da parte correspondente ao privado. Se tal fosse verdade teria sido transmitido o processo

2014.12.15

ao atual executivo, se tal fosse verdade o referido financiamento seria do conhecimento dos serviços municipais. Nem uma nem outra situação se concretizou. -----

Pese embora todas estas circunstâncias, o atual executivo continuará a desenvolver esforços que permitam aliviar o peso financeiro de uma mais que previsível extinção de uma parceria público – privada extremamente onerosa para Vale de Cambra.-----

É este o resultado da auditoria externa as contas do município, auditoria esta objetiva, rigorosa, independente e imparcial que nos deu a conhecer a preocupante herança de 27,64 Milhões de euros de dívida. -----

Uma dívida asfixiante, estranguladora, onerosa e que hipoteca o presente e compromete o futuro das novas gerações. -----

Reservamos o direito de não abdicar de recordar, sempre que necessário, a pesada herança que nos transmitiram. -----

No entanto, embora não possamos fazer tábua rasa da herança pesada, também não podemos deixar de responder à confiança e expectativas em nós depositadas pela esmagadora maioria dos Valecambrenses. -----

Sabíamos que íamos encontrar uma situação muito idêntica aquela que se veio a verificar, por isso mesmo, impusemos “Rigor e Transparência” como mote para a nova governação. -----

Hoje ficou provado que aos Valecambrenses falamos sempre verdade!-----

As nossas afirmações relativas à pesada dívida, antes e depois do ato eleitoral de 2013, foram validadas por estes resultados.-----

Aproveitamos este momento para dar a conhecer a situação financeira do Município à data de 30 de Novembro de 2014.-----

Atualmente a dívida do Município ronda os 22,4 Milhões de Euros. Em apenas 13 meses reduzimos a dívida do Município em cerca de 19%. -----

2014.12.15

Da mesma forma, apresentarei resumidamente as principais classificações da dívida apurada e os seus respetivos valores à data de 30/11/2014.-----

1 - Dívida exigível, ou seja, dívida registada nos serviços contabilísticos do Município – 12,705 Milhões de Euros.-----

2 – Dívida contingente, dívida não registada, reclamada por fornecedores e que deverá ser apurada a sua existência em contencioso; ou dívida resultante de deliberações dos órgãos autárquicos, mas que carecem de visto prévio por parte do Tribunal de Contas – 7,186 Milhões de Euros.-----

3 – Dívida mista, dívida resultante de expropriações de terrenos, sendo desde logo perceptível a obrigatoriedade do pagamento de indemnizações, cujos valores carecem de acordo entre as partes ou através da transição em julgado dos valores estipulados pelos tribunais - 1,655 Milhão de Euros-----

Conforme referi na apresentação do Orçamento Municipal para 2015 e pese embora a situação financeira asfixiante, o endividamento comprometedor, resultantes de uma gestão pouco clara que herdamos, as obras com financiamento aprovado sem execução física e financeira, que condicionaram o exercício deste primeiro ano de mandato, obrigaram este executivo a encontrar soluções que anulassem o perigo de perda de financiamento, o perigo de perda de credibilidade junto de fornecedores, o perigo de não cumprimento da lei dos compromissos, o perigo de eventual falha no pagamento de ordenados, conseguiu-se não só ultrapassar estas barreiras e todos estes constrangimentos bem como reduzir cerca de 5,23 milhões de euros na dívida.-----

Orgulhamo-nos de ter conseguido ultrapassar os obstáculos suficientes para não pôr em causa o funcionamento do Município e a prestação de serviços à população. -----

Retiramos o Município dos cuidados intensivos, recuperando-o, estando agora num crescendo de melhoria de forma, mas ainda longe de atingir uma situação

2014.12.15

saudável. -----

Todo este percurso foi realizado sem aumentar impostos, taxas e encargos das famílias, mesmo, sabendo por alto antes da tomada de posse da preocupante situação financeira do Município cumprimos para com os Valecambrenses ao não aumentar a carga fiscal e o valor dos serviços prestados à população.”-----

Disponibilizou-se para distribuir pelas bancadas, os três exemplares do relatório que tinha consigo, informação igual ao que foi havia sido disponibilizado aos Srs. Vereadores.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, disse que nunca será negada qualquer tipo informação aos Membros das diferentes bancadas, mas que a documentação poderá ser consultada na Câmara Municipal. Não serão distribuídas quaisquer fotocópias, mas todos podem deslocar-se à Câmara para consultar e retirar qualquer informação que pretendam. A transparência tem de existir a todos os níveis, pelo que a informação estará ao dispor na Câmara para consulta. Mais à frente em função de algum esclarecimento a fazer, poderá ser entregue cópia do referido relatório.-----

O Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, após cumprimentar os presentes, começou por dar os parabéns ao Sr. João Costa por os ter recebido. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que junto da EDP verifique o ponto de situação da linha elétrica da Póvoa dos Chões.-----

Relativamente à Estrada Cepelos - Arões, solicitou a sua demarcação uma vez que com o nevoeiro é muito difícil circular, especialmente de noite.-----

Referenciou uma situação recorrente e que presenciou a semana passada, e da qual até tem fotografias, que é a dificuldade na passagem de camiões na Ponte logo depois da reta da Batalha. Estiveram cerca de uma hora para que um camião pudesse passar no local. Este é um problema, mas logo a seguir à ponte existem três curvas também complicadas, algo que poderá ser tratado pela Junta de

2014.12.15

Freguesia. Pediu especial atenção para o alargamento da Ponte.-----

O Sr. Presidente da Assembleia em virtude do avançar da hora, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos ao Sr. Presidente da Junta de Cepelos, pessoalmente, e em momento oportuno, permitindo assim continuar as intervenções relativas à auditoria. -----

O Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro disse ao Sr. Albano Braga aceitar a sua sugestão de ler a ata, mas não o fará pois se a ler não resolverá o problema. Acrescentou que não situou no tempo o problema do saneamento, se outro Executivo aqui estivesse faria precisamente a mesma observação e o mesmo pedido. Não há qualquer tipo de reserva mental. Acrescentou que há pouco tempo foi contactado por um elemento da população, para resolver um problema que não era da responsabilidade deste Executivo mas que este prontamente resolveu, o que agradeceu.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho congratulou-se por ter falado na Auditoria, porque afinal havia auditoria. A Auditoria a ser falada hoje nos termos em que o foi, deveria ter vindo na documentação por forma a ser estudada e discutida nesta sessão. A auditoria a ser apresentada desta forma é exatamente a mesma coisa que ter aparecido nos jornais no dia quatro quando hoje é dia quinze. A mesma deveria ter sido entregue com a restante documentação para que a pudessem discutir em igualdade de circunstâncias. Mas ninguém a conhece e não são três cópias, ou a cópia entregue a cada um, que vão permitir uma discussão serena sobre o assunto. ----

Interveio o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos esclarecendo que quando falou na educação, referiu conhecer o documento, e que quando falou em posses, não é fazer demagogia, se tiverem de assumir algumas despesas também terão de as aguentar. Disse que conhecia o documento e ele também previa isso.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que as conclusões

2014.12.15

da auditoria devem servir essencialmente à Câmara Municipal. Obviamente que a Assembleia Municipal como órgão fiscalizador em certa medida tem obrigação de saber o seu conteúdo, mas nesta primeira fase é essencialmente para a Câmara e fundamentalmente como instrumento de gestão. Até porque tem constatado em termos de opinião pública que se esperava ver a auditoria como um instrumento persecutório do anterior executivo, contudo não é essa a intenção ou estariam a falar de uma outra auditoria. O fundamental é que quem entra numa organização precisa conhecer a sua realidade até porque tem de fazer projeções para o futuro, e ter conhecimento daquilo que está contabilizado e é do conhecimento público, daquilo que não está e deveria estar, ou daquilo que corresponde a contingências e que tem um elevado grau de probabilidade de se transformar em responsabilidades no futuro. Nessa medida, e para evitar problemas de assimetrias de informação entre quem estava e quem entra, justifica-se este tipo de trabalho. Quanto à consulta, disse que não conhece ainda o documento, mas admite que possa haver alguma informação que possa ser até de cariz confidencial a terceiros, pelo que deve haver um pouco de cuidado na sua divulgação. Habitualmente este tipo de documentos para além de um relatório circunstanciado tem também um sumário executivo e por isso recomenda algum cuidado, pois pode haver de facto alguma informação de carácter mais restrito ou sigiloso.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que dado que pela parte executiva não foi pedido o agendamento como ponto da ordem de trabalhos, entendeu que devia chamar o assunto ao Período de Antes da Ordem do Dia e dar toda a disponibilidade para a consulta, porque fundamentalmente e utilizando as palavras que sempre disse e que foram agora reiteradas pelo Dr. José Soares, uma auditoria vai ser um documento cada vez mais presente sendo fundamentalmente um documento de trabalho. Quando alguém se disponibiliza

2014.12.15

para servir o concelho tem de ter uma ideia clara de qual é a situação, e para tal basta fazer uma análise ABC. Estão todos a querer servir Vale de Cambra. O único ponto que ficou por dizer se era ou não era verdade o que se dizia. O que ficou por confirmar pelo montante da dívida. De resto tem de ser encarado como um documento de gestão. O Executivo seguinte certamente vai fazer uma auditoria, tem de ser encarado com essa naturalidade. O assunto deverá ser discutido do ponto de vista técnico porque se não o for, deveria ir-se mais longe e fazer uma auditoria a nível de gestão. Se porventura alguma bancada aqui presente, depois de consultar o documento, pretender agendar o assunto para a próxima ordem de trabalhos, agendará o assunto como um ponto da ordem do dia. São assuntos importantes que têm a ver com o concelho, são substanciais. A sua forma de trabalhar os assuntos é com esta seriedade, seja para quem for, doa a quem doer.-----

Por fim, referiu que estiveram duas horas a discutir o Período de antes da ordem do dia, o que acha razoável, dado que meia hora foi em torno da auditoria. Passou de imediato ao Período da Ordem do Dia e a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de cinco de dezembro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre o período de dezasseis de

2014.12.15

setembro a um de dezembro de dois mil e catorze.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,

referiu que como habitual o documento procura ser o mais exaustivo possível.

Dispôs-se a esclarecer alguma dúvida quanto ao documento.-----

Deu apenas nota da inauguração da Loja Interativa do Turismo, convidando aqueles que não tiveram oportunidade de estar presentes na sua inauguração, a visitar o espaço e a utilizar as valências que a loja disponibiliza. O evento decorreu com dignidade, com a presença do Senhor Vice-Primeiro Ministro. Um momento importante para ao concelho e para aquilo que é a estratégia para o Concelho. No âmbito da inauguração da Loja tiveram a primeira edição da Expotur, uma exposição ligada ao Turismo, com a participação dos agentes económicos ligados à área do turismo, turismo em espaço rural, hotelaria, produtos locais, empresas de atividades radicais, curso de bar e mesa da Escola Secundaria. Foi um momento muito importante para os agentes locais. Foi também interessante a quantidade de pessoas que particularmente no domingo afluíram à exposição, e no final da noite no encerramento da iniciativa e desta exposição. Foi muito bom sentir a alegria e satisfação de todos os presentes. Agradeceu aos serviços do Município e a toda a equipa sem exceção que trabalhou para pôr de pé esta iniciativa. Agradeceu o empenho, a dedicação e alegria que puseram na preparação de conteúdos (para alimentar a parte interativa da Loja) e na construção desta feira. Vale de Cambra e a Câmara Municipal têm uma excelente equipa de trabalho.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida fez referência à inauguração da Loja Interativa de Turismo e à Expotur, referindo que pela visita e pelos contactos que fez com as pessoas responsáveis pela área, ficou com a firme convicção de que vai ser possível fazer um trabalho coerente e

2014.12.15

estratégico em prol do Turismo para o concelho. Parece-lhe haver um firme diagnóstico e que estão bem definidas as áreas e os segmentos que se pretendem atingir. Apercebeu-se que na loja aparecem seis ou sete barras com os segmentos turísticos que foram eleitos para o concelho e que são os alvos da atuação estratégica, e que lhe parecem na perspetiva dos doze ou treze segmentos que o Plano Estratégico do Turismo Nacional definiu, serem aqueles verdadeiramente adequados aos recursos turísticos do concelho. Deu os parabéns pela forma como a Loja está decorada. Felicitou a Câmara Municipal e a Turismo do Porto e Norte de Portugal por terem feito um trabalho de fundo, que tem todas as condições para ter sucesso.-----

Quanto ao documento sobre a atividade municipal, referiu alguns números que constam do mesmo, relativo à evolução de alguns dos indicadores do Município, quanto aos últimos cinco meses. Comparando valores, a única rubrica do passivo que aumentou ligeiramente, no valor de seis mil euros, foi “débitos a fornecedores correntes”. Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo houve uma redução nestes cinco meses, de um milhão e um milhão e sessenta e três mil euros. Na conta Credores por execução do orçamento houve uma redução de trezentos e dezassete mil euros. Na conta Fornecedores de Imobilizado, dividas aos fornecedores que fazem obras de investimento, houve uma redução de duzentos e trinta e um mil euros. A conta que tem a ver com devedores e credores gerais, e que tem um saldo devedor, é uma dívida líquida, teve uma redução de cento e oito mil euros. Referiu-se à dívida contabilizada, que não tem a ver com a dívida falada na auditoria. Salientou o bom caminho que tem sido seguido, pois é fundamental criar todas as condições de solidez financeiras para garantir sustentabilidade futura, num período decisivo de candidaturas aos programas comunitários para os próximos tempos.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho agradeceu a leitura do Dr. José

2014.12.15

Soares que o ajudou a perceber o que foi apresentado, de facto esta indicação financeira assinada pelo Sr. Presidente nada tem a ver com a auditoria dos vinte e sete milhões e setecentos mil euros. Significa que esta informação varre a outra informação. As contingências nunca foram contabilizadas senão agora. O que havia no POCAL era: o que era verdade de facto era contabilizado, o que não era não era. Esta leitura é perigosa. As contingências que nunca foram contabilizadas podem pôr em jogo a credibilidade de outros. Se é esta a informação, é evidente que toda a ordem de trabalhos ou quase toda está de acordo com a lei, se não for esta e entrarmos nos dados da auditoria toda a ordem de trabalhos é ilegal.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida esclareceu que são duas coisas completamente diferentes, a informação da situação financeira está a referir-se a valores contabilísticos, do que está efetivamente contabilizado, que é concreto, que está validado, e que faz parte das contas. Aquilo que é contingente é uma possível responsabilidade no futuro, com alto grau de probabilidade mas que não está ainda contabilizado. É fácil ver aqui duas ou três contingências quase efetivas, a maior já foi aprovada em Assembleia Municipal e só provavelmente não se concretizou ainda porque falta o visto do Tribunal de Contas, que tem que ver com a VCP, o parque subterrâneo, e que são 5,6milhões de euros. Referiu o método ABC, já referido antes pelo Sr. Presidente da Assembleia, e se considerarmos aqui no A e no B os que tem maior influência, esses 5,6milhões não estão ainda contabilizados, nem sequer foram provisionados. Referiu ainda o facto de haverem alguns processos em tribunal relativos a indemnizações com expropriações de terrenos, que também não estão ainda contabilizados porque não são ainda valores efetivos, poderiam se calhar por um método muito prudente estarem contabilizados e então estariam aqui nestes números. Por isso mesmo, e porque de facto não são só os valores contabilizados que contam, porque a responsabilidade infelizmente existe, oxalá

2014.12.15

que a Câmara Municipal ao defender essa dívida tenha o sucesso total e que dívida não sejam os vinte e sete milhões, mas apenas os dezasseis, o que é ótimo para o concelho, o problema é que há estas contingências e que quase de certeza vão transformar-se em responsabilidades. Para corroborar tudo quanto disse, recordou a Certificação legal de Contas de 2013, feita pelos ROC, nomeados nos mandatos anteriores, e que dizia que não se poderia pronunciar sobre os passivos contingentes, portanto não estavam aqui incluídos.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que conhece a auditoria pelo que diz o Dr. José Soares, e mais uma vez agradeceu a sua intervenção. Falando sobre a VCP, referiu que é contingente se o Executivo quiser assumir como boa a deliberação do Executivo anterior e da Assembleia Municipal, se não a quiserem, há um ano atrás podiam tomar a atitude de não aquisição que aliás foi proposta pelo CDS na última Assembleia Municipal do anterior mandato, que era manter a empresa. Se este executivo quiser manter como boa a proposta de aquisição não há mal nenhum nisso e aceita-a como contingente. O atual Executivo teve “a faca e o queijo” na mão para não ser contingente, imediatamente quando tomou posse ter tinha dito que não comprava e ter dito ao Tribunal de Contas que acabasse com o processo. Se é para assumir como contingente, acha e continua a dizer que é um bom negócio e é muito melhor nas mãos da Câmara Municipal do que com quem lá está. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal acha que há uma grande confusão, quando se está a falar do dia 31 de outubro, quando vai fazer análise do que há, não pode dizer que depois vai negociar. A discussão deixa de ser séria. A auditoria é um elemento de gestão e a questão era só uma: a dívida era aquela ou não? Quem concorreu para os destinos da autarquia sabia, ele próprio sempre disse que dívida devia estar entre os 25 e ou 27 milhões. Numa análise ABC, considerando 3 matérias: terrenos, VCP e Escola do Búzio, que representam 80%

2014.12.15

do incremento do passivo. Essa era a situação a 31 de outubro ou não? Para quê discutir o que se passa depois de 31 outubro? A auditoria era aquilo que vinha dizer. O que se procurou fazer foi saber qual o passivo bruto no dia 31 de outubro.

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que se de facto esse é o melhor cenário com respeito à VCP, significa que a melhor contingência são os 5,6milhões. Podem ter de ir para soluções piores. Esta é a perspectiva mais otimista. Supondo que o Banco BIC perdoe a dívida e que o parceiro também ótimo, mas de facto tal não vai acontecer, e naquele cenário esta era a melhor perspectiva.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho começando por dizer que não está a fazer futurologia nem a andar com o tempo para trás. Cada tempo histórico tem de ser analisado no seu tempo. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que era no dia 31; mas no dia 31 a Câmara Municipal não tinha adquirido a VCP. Se não tinha adquirido porque é que a Câmara deve à VCP, perguntou. Não encaixa. Só encaixa agora nas contingências. Espera que as contingências não venham de facto complicar aquilo que irão aprovar e que terão de mandar para a tutela que fiscaliza isto. As contingências podem ser levadas a que estejam aqui a inventar dívida, porque no POCAL o que se deve é o que está contratado. No dia 31/8 a Câmara Municipal já havia tomado a deliberação bem como a Assembleia Municipal de aquisição, e inclusivamente mandou isso para o tribunal de contas para fazer o negócio. A partir daí o atual Executivo tomou as medidas que entendeu, e não as critica. Disse não estar a fazer confusão nenhuma. Quer que a auditoria sirva como elemento fundamental de gestão, mas que não sirva de arma de arremesso contra a honra de outros.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que foi para Tribunal de Contas para se fazer o negócio portanto o executivo ia comprar e, o que acontece numa empresa é fazer uma provisão para isso, é uma forma de gestão. Têm de se preparar para

2014.12.15

responder a essa situação.-----

O Sr. Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, após cumprimentar os presentes, e agradecer a hospitalidade, esclareceu que se a Câmara Municipal não adquirir a VCP tem de suportar o reequilíbrio financeiro. Recordou que o reequilíbrio foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia e que num curto período de tempo foi de cerca de seiscentos mil euros. Já lá vai o tempo em que se deliberava e se dizia que se pagava oportunamente. Quando se toma uma deliberação e enquanto a mesma não for revogada, a Câmara terá de a cumprir e terá de reunir as condições económicas para as cumprir. Quem diz a VCP, diz a questão dos terrenos. Quando a Câmara expropria um terreno obrigatoriamente terá de enviar o processo para Tribunal e provisionar financeiramente o valor que os peritos determinam como valor inicial para a parcela, que geralmente é mais baixo do que o valor final. Acrescentou que a Administração Pública sofreu uma alteração muito grande, aquilo que era permitido fazer até 2000, com o DL 385, depois veio o POCAL e há também a Lei dos Compromissos. Há uma série de evoluções e agora a Lei obriga a determinados comportamentos de gestão que cada vez se aproximam mais com a realidade empresarial. Esta obrigatoriedade também se reporta às Juntas de Freguesia, os Srs. Presidentes de Junta sabem que as obrigações que têm hoje não são as mesmas que tinham há quatro ou seis anos, há determinados comportamentos administrativos e financeiros mais exigentes que têm de se cumprir. Esclareceu que a dívida da VCP é uma dívida efetiva e só está classificada contingente por causa do visto do Tribunal de Contas. -----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu querer pôr o Sr. Vereador, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal à vontade com respeito a esta matéria. As observações que fez têm por base duas preocupação, a primeira que estas contingências não venham a prejudicar todo o processo de

2014.12.15

desenvolvimento porque o fere nas considerações financeiras do Município. Porque se é efetivo deveriam estar ali os cinco milhões, e assim não sabe como se iria votar a agenda desta sessão. Referiu que não está há cinco anos no Executivo Municipal, foi responsável pelas finanças da Câmara dois ou três mandatos, mas neste momento a decisão é do Executivo. E também não tem nenhum mandato de nenhum Executivo para fazer a defesa seja do que for. Tem sim de defender a sua obrigação relativamente à defesa do Município, e se incluírem esses cinco milhões, todas as deliberações tomadas em cima de umas finanças sustentadas do Município, cai tudo por terra e na ilegalidade. E se o Tribunal de Contas anda aí, este sabe que é preciso que as coisas estejam bem para que não hajam problemas. Enquanto Presidente da Assembleia à data da deliberação tomada, está completamente descansado, uma vez que a mesma só tinha validade com o visto do Tribunal de Contas, tal como todos os empréstimos que se fizeram. Por isso, tudo que anda aí é muito complicado para todos os autarcas, porque as pessoas não entendem. O que está na praça pública é o que consta dos jornais, com a fotografia do anterior Presidente de Câmara, com o valor de 27,7 milhões de euros de endividamento, quando afinal pela explicação que dá o Sr. Presidente e o Dr. José Soares, isto não é bem assim. Está preocupado e só defende os interesses do Município.-----

Interveio o Sr. Dr. José Soares referindo que qualquer pessoa sabe, mesmo em sua casa, que aquilo que deve não é aquilo que está nos registos contabilísticos que tem, mas é aquilo que deve de facto, aquilo a que os credores têm direito. Isto é o chamado “princípio da substância sobre a forma”, que não conta o que está formalizado mas conta o que de facto existe. O problema e isso é que é grave, quer a equipa auditora identificasse estas dívidas contingentes ou não, elas iriam aparecer se de facto forem traduzir-se em efetivas. Não tem dúvidas e isso lamenta. Hoje vão aprovar um orçamento que não sabem se poderá ser cumprido

2014.12.15

devido a estas dívidas que poderão vir a surgir e que vão limitar a atividade. É natural até que o Tribunal de Contas, como o Banco de Portugal com o BES, se preocupe mais com as folhas das contas do que com o que é real, mas o que é substancial e acima de tudo, a realidade vem sempre ao de cima e isso é que condiciona a vida do povo e vai condicionar a vida de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a discussão acalorada sobre esta matéria importante mostra que estão todos interessados em desenvolver Vale de Cambra. Passou de imediato ao ponto dois da ordem do dia.-----

Ausentou-se o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----

2. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DE VALE DE CAMBRA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE

12 DE SETEMBRO: Presente deliberação da Câmara Municipal de dezoito de novembro de dois mil e catorze, submetendo para aprovação o Regulamento do Comércio a retalho não sedentário de Vale de Cambra, nos termos d alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva

informou que este Regulamento foi alterado devido à aplicação da Lei 27/2013, de 12 de abril. Na sua essência as alterações que se produziram foram as seguintes: os lugares de feira no Regulamento anterior eram vitalícios, passando agora a ser renováveis por períodos de 15 anos; os pagamentos eram semestrais e agora não se indica as regras de pagamento porque as mesmas começarão a sair por despacho; o presente Regulamento deixa de ser aplicável apenas às Feiras Quinzenais, passando a aplicar-se a todas as Feiras, à exceção da Feira de Velharias; a atribuição de lugares deixa de ser feita por arrematação e passa a ser por sorteio.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros

2014.12.15

presentes, aprovar o Regulamento do Comércio a retalho não sedentário de Vale de Cambra.-----

Retirou-se da sessão o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva, por se encontrar impedido de votar o assunto que se segue (por pertencer aos órgãos sociais da Fundação Luiz Bernardo de Almeida).-----

3. APROVAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO LUÍS BERNARDO DE ALMEIDA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BÚZIO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COMPONENTE DE APOIO

À FAMÍLIA NO 1.º CICLO: Presente deliberação da Câmara Municipal de dezoito de novembro de dois mil e catorze, submetendo para aprovação a minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com a Fundação Luíz Bernardo de Almeida e o Agrupamento de Escolas do Búzio.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva, informou que nos termos previstos no Despacho 9265-B/2013, a componente de apoio à família refere-se ao conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e/ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Esta componente pode ser implementada por Autarquias, Associações de Pais, Instituições Particulares de Solidariedade Social mediante acordo com os Agrupamentos ou escolas não agrupadas. Tendo em vista colmatar as necessidades evidenciadas pelas famílias de crianças integradas no 1.º ciclo do ensino básico da zona de Macieira de Cambra, propõe-se a celebração de Acordo tripartido entre a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e a Fundação Luíz Bernardo de Almeida tendo em vista a implementação da Componente de Apoio à Família. A finalidade foi também apoiar as famílias na recolha das crianças que tinham necessidade de ser acompanhadas antes da abertura das escolas, que se processa às 8h45m, sendo

2014.12.15

que a escola não tem capacidade para as receber antes dessa hora. -----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida

sublinhou o alcance deste acordo, referindo que quis o destino que ele fosse aprovado em Macieira de Cambra. Acrescentou que este serviço prestado pela Fundação Luiz Bernardo de Almeida é muito importante e útil para a comunidade, sendo também prestado pela Santa Casa da Misericórdia, e pela Câmara ao intermediar. Disse que, por vezes preocupam-se com alguns investimento materiais, mas este tipo de serviço à comunidade também é extremamente importante para as famílias e para a economia local, porque garante as condições para que nas empresas, nos estabelecimentos comerciais e em toda a vida familiar, haja melhores condições para poderem desempenhar os seus trabalhos. Informou que votará favoravelmente o ponto. Terminou louvando a presente iniciativa, bem como o serviço já prestado pela Santa Casa da Misericórdia.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques perguntou: se

a Câmara Municipal disponibiliza apoio financeiro às instituições para os casos sociais das famílias que não podem contribuir com as suas mensalidades, para cobrir os custos de funcionamento; e quais os critérios utilizados para o cálculo das participações previstas no acordo e quais os documentos de suporte, se forem exigidos. Referiu que na zona de influência onde se pretende estabelecer este protocolo existe uma instituição (declarou eventual conflito de interesses porque a ela está ligado) a escassos 2Km, que há vários meses está a prestar este serviço a 9 crianças sem qualquer outro apoio institucional. Esta instituição investiu na qualificação de instalações, na compra de equipamentos e recursos humanos. Perguntou se esta realidade foi tida em consideração e se este acordo vai pôr em causa a atividade que esta instituição aí tem vindo a desenvolver antes de qualquer outra. Esta instituição teve de pedir autorização quer à rede social do Município quer à rede Distrital da Segurança Social que representa a entidade

2014.12.15

que Tutela, com envio de Plantas das instalações afetas e sujeita a uma série de requisitos. Perguntou se através desta modalidade de acordo tripartido, estas exigências são dispensáveis. Quis também saber qual a capacidade das instalações, o número de crianças da procura que o estudo feito registou, e se a Instituição que outorgará o acordo fica sujeita a duas tutelas. Perguntou ainda quais são as condições para outras instituições puderem estabelecer idênticos acordos. Por fim, perguntou se o apoio do Município está previsto para esta atividade no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social.-----

A Sra. Vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva referiu não ter resposta a todas as questões colocadas. Informou contudo que este assunto foi apreciado numa reunião do CLAS (Conselho Local de Ação Social). Estando presente a Chefe, em regime de substituição, da Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, referiu que a mesma poderá esclarecer melhor o assunto.----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à referida Técnica, Dra. Paula Ferreira, que esclareceu que esta proposta foi presente na última reunião do CLAS, de que são parceiros sociais, entre outros, as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade, e associações. A questão foi analisada e aprovada por unanimidade dos presentes, e ninguém levantou qualquer contrariedade à implementação desta resposta. Macieira de Cambra, nomeadamente Búzio, Ramilos e Praça têm algumas dificuldades em dar resposta às crianças que estão no primeiro ciclo e que entram ou muito cedo ou que ao fim do dia não têm quem as leve a casa, e que precisam também de algum acompanhamento social. Pareceu não haver aqui nenhum conflito e nenhuma questão foi levantada na reunião. Relativamente à comparticipação da Câmara a este serviço informou que não há lugar a qualquer comparticipação. A Lei prevê que ao abrigo do Despacho n.º 9265-B/2013 seja criada esta resposta não falando efetivamente em custos. Em relação à comparticipação e custo

2014.12.15

médio, foi aferido um custo médio tendo em conta apenas os custos fixos mínimos para a criação da resposta e assegurado que nenhuma criança ficará de fora do serviço por falta de condições económico-financeira para o frequentar.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques lembrou algumas das questões colocadas.-----

Retomou a palavra a Sra. Dra. Paula Ferreira esclarecendo que a resposta de ATL naquilo que é a sua conceção pela Segurança Social implica a existência de um alvará, esta é uma resposta criada a título experimental e foi colocada a possibilidade de, muito brevemente, quanto mais cedo possível, pedir à Segurança Social a abertura de CATL com acordo de cooperação, porque é uma resposta social que é comparticipada pela Segurança Social. Esse pedido será submetido pela própria Fundação que o fará de acordo com a dinâmica da resposta durante o período experimental. Quanto à procura foram identificadas vinte e três crianças com necessidade desta resposta e que não a tinham nas instituições do meio. A capacidade das instalações é superior a 25. As outras instituições que já estão a prestar esse serviço, podem e devem mantê-lo, dado que procura é superior à capacidade instalada neste momento.-----

Dado não haver mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor, tendo-se absterido o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, aprovar a minuta do Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal, a Fundação Luíz Bernardo de Almeida e o Agrupamento de Escolas do Búzio, com vista à implementação da Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo.-----

Reentrou o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva e retirou-se o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.-----

4. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE

2014.12.15

MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 109.º CONJUGADO COM O N.º 1, DO ARTIGO 108.º, AMBOS DO ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Presente

deliberação da Câmara Municipal de quatro de novembro de dois mil e catorze, que remete para aprovação a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, que consiste no aditamento de um número ao seu artigo 25:-----

“6. Compete, ainda, ao Conselho Diretivo propor a Declaração de Utilidade Pública para os efeitos de expropriação e a constituição de servidões administrativas.”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que com o decorrer das obras do PERM – Parque Empresarial de Resíduos Metálicos surgiu a necessidade de proceder a expropriações, com o objetivo de dotar este espaço de algumas infraestruturas que faziam falta para a conclusão da obra. Como se trata de uma urgência para a conclusão da mesma, solicitam aos Municípios que integram a AMTSM a deliberação da Câmara e Assembleia quanto à alteração dos estatutos, para que a AMTSM possa proceder às expropriações.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e seis membros, aprovar a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (aditamento do número 6, ao artigo 25.º), nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 109.º conjugado com o n.º 1, do artigo 108.º, ambos do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

5. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C, DO N.º 1, DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS):

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e um de outubro de dois mil e catorze, remetendo para autorização prévia a abertura de procedimento para

2014.12.15

aquisição de serviços de seguros, dada a existência de compromisso plurianual.- -

Concedida a palavra ao Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes explicou que o último procedimento para a aquisição de seguros termina no final de 2014, e como tal o novo concurso público a abrir será para um período de dois anos, portanto plurianual e por isso necessita de parecer prévio da Assembleia Municipal, nos termos da lei em vigor.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, autorizar a abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços de seguros, para um período de dois anos e com um custo estimado de 144.445,00euros; autorizando ainda a respetiva despesa plurianual.-----

Reentraram na sessão os Senhores Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho e Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----

6. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO CINEMA DE VALE DE CAMBRA – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2 DE DEZEMBRO:

Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze pela qual declara o interesse municipal do Cinema de Vale de Cambra.----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a presente proposta decorre de um processo de insolvência e, naturalmente entenderam que seria uma oportunidade interessante para adquirir o imóvel. Há aqui variadíssimas razões citadas na documentação distribuída, salientando a ligação emocional do concelho ao imóvel, bem como o contributo que poderá dar à cultura do nosso concelho. Não é fácil todo o procedimento de aquisição. Poderá ser um espaço âncora quer para o comércio da cidade, mas também turisticamente, olhando à possibilidade e dimensão do espaço, de criar eventos relevantes na área cultural que são importantes para qualquer concelho. A proposta foi apreciada em reunião de Câmara, mereceu a aprovação do Executivo, pedindo-se agora à Assembleia a anuência à proposta de declaração de interesse público municipal do Cinema de

2014.12.15

Vale de Cambra nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida perguntando qual a utilização que se vai dar ao imóvel e se não haverá outras prioridades para o Concelho. Perguntou ainda quanto isto irá custar, incluindo o despejo de quem o está a utilizar. Acrescentou que a Câmara Municipal já tem um elefante branco para pagar, que vai levar tempo a amortizar e anular, perguntando se este não será outro imóvel para andarem a pagar ao longo do tempo. Quanto à documentação entregue referiu que as preferências da Câmara Municipal têm alguma lógica, mas não são tão convincentes quanto isso. Referiu que o Centro Cultural de Macieira de Cambra, segundo parece, não está devidamente aproveitado ou cem por cento aproveitado. Se for para projetar filmes ou cinema para o qual aquele foi construído, já se fez isso no Centro Cultural pontualmente, portanto também poderiam fazer mais. Não vêm uma prioridade absoluta em relação a este tipo de compra. Pode parecer um bom negócio, não sabe contudo se é aquele mais desejável e mais rentável. Pedindo para não ser mal interpretado, até porque é residente da Freguesia de Macieira de Cambra, referiu que se tem vindo a verificar a concentração de vários serviços no centro da cidade, e que Macieira de Cambra à noite é um deserto autentico, está cada vez mais desertificado. Passando as atividades que se desenvolvem no Centro Cultural para o cinema, Macieira de Cambra ficará ainda pior. Se pretendem concentrar todos os serviços no centro da cidade tudo bem, embora ao longo das assembleias em que tem participado todos se preocupam com o interior, contudo quando chega a hora da verdade, da decisão, vão concentrar mais isto. É a conclusão a que chegam.-----

O Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos porque está na área de construção quis dar a sua opinião quanto a este assunto, começando por referir não saber qual a importância isto tem para o concelho, e que se fosse Presidente da Câmara para ele não tinha nenhuma.

2014.12.15

Disse que aquilo que sabe é que temos a Casa da Tulha a cair, o Centro Cultural de Macieira de Cambra com pouco uso, e várias infraestruturas onde poderão investir dinheiro. Acrescentou que atualmente também faz avaliações e aquele empreendimento não tem valor atual de seiscentos mil euros, pois só se aproveita o terreno. Historicamente entende que tem pouca história, embora tenha lá ido algumas vezes.-----

O Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila

Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, referiu que não podemos defender um assunto porque somos bairristas e deixar os outros de fora. O cinema foi construído para ser uma casa de cinema e de espetáculos. Alguém deixou abandonar a casa de espetáculos de Vale de Cambra, e nessa altura fizeram grandes elefantes brancos deixando o que era bom ir embora. Disse ser de acordo com a aquisição do Cinema pela Câmara Municipal. Quanto ao preço referiu que ainda não se comprou, e que pode ser um bom negócio, se souberem aproveitar só as partes que estão fora, alugando as mesmas ao longo dos anos pagam o investimento.-----

Entende que é um espaço necessário para se fazer teatros, não deixando cair Macieira de Cambra, podem-se desenvolver atividades nos dois locais. Toda a zona do lado Castelões e outras para ver um espetáculo têm de se deslocar a Macieira de Cambra. Referiu que o Centro Cultural não tem capacidade para duzentas ou trezentas pessoas.-----

Por fim, propôs-se arranjar uma bela equipa de teatro, a suas expensas, para a inauguração daquela casa. Disse ser uma boa aquisição, uma aquisição barata e necessária.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, em resposta à intervenção do

Sr. Campos, referiu que elefantes brancos não se pagam com elefantes brancos. Referiu algumas obras previstas no orçamento, que demonstram que há dinheiro

2014.12.15

para tudo, a saber a aquisição do cinema e a construção de um centro cultural em Vila Chã, concordando com tudo. Havendo ainda dinheiro para assegurar o Centro Cultural de Macieira de Cambra em pleno funcionamento e o Cinema em funcionamento, e também para construir o de Vila Chã, por isso vota favoravelmente.-----

Retomando a palavra o Sr. Manuel Correia de Campos disse que as suas palavras fizeram doer alguém. Corrigiu o Sr. Dr. Manuel Augusto referindo que não se vai fazer um centro cultural em Vila Chã, mas que se pretende construir um Centro Cívico para a União de Freguesias, através de candidaturas aproveitando os fundos comunitários, dado que é a única que não tem um Centro Cívico na sede de Freguesia.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, retificou o nome para Centro Cívico, continuando a dizer que o merece. Assim como Vale de Cambra merece um cinema a funcionar, Macieira de Cambra, porque é preciso descentralizar, merece um Centro Cultural a funcionar, o Centro Cívico de Arões merece funcionar, bem como o de Vila Cova de Perrinho e o de Codal. Há dinheiro para tudo. Há capacidade e gente para fazer teatro, até um filme!-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara referiu que este assunto é sério, mas está a ser levado com alguma dose de chacota, lamentando que assim seja. Repetiu que o edifício do cinema é um espaço ligado umbilicalmente a Vale de Cambra, às pessoas de Vale de Cambra. Onde muitas gerações começaram a ver cinema e a ter acesso à cultura. Muitos jovens na altura, e alguns menos jovens, aí encontraram a sua mulher e o seu marido. Houve muita gente que no cinema deu início à constituição de uma família. Naturalmente este espaço a ser adquirido pelo Município vai permitir criar outras condições para a cultura no nosso concelho. Já no decorrer deste mandato tiveram desafios para organizar eventos no concelho e atendendo ao facto de terem o Centro Cultural e todos os

2014.12.15

Centros Cívicos enumerados pelo Dr. Manuel Augusto, nenhum deles curiosamente servia as necessidades para a concretização dos eventos. É curioso que em devido tempo havia uma vontade muito grande de fazer coisas com alguma grandiosidade. A sua aquisição não será fácil, é uma mera declaração de interesse municipal, com objetivo de condicionar o negócio. Mas se todos acharem que é um mau caminho que é um passo extraordinariamente errado, estão à vontade para o expressar, cada um assume a sua responsabilidade. Referiu não querer ficar com o ónus de não ter dado os passos necessários para a aquisição do espaço, de ter possibilitado a criação de condições para que a cultura em Vale de Cambra seja cultura a sério, onde se possa ter uma academia de artes, onde se tenha uma academia de música, onde se possa concentrar tudo o que é cultura e atividade musical num só espaço. Andam todos a mendigar e se não aproveitarem esta oportunidade, se calhar amanhã estão a perguntar onde instalar a Academia de Música ou a Banda, ou o que vão fazer no concelho em relação ao que é cultura e oportunidades de cultura.-----

Disse que gostaria de adquirir o espaço para o Município, mas o caminho não é fácil e a aquisição poderá eventualmente ser difícil.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida dirigiu-se primariamente ao Sr. Presidente da Assembleia referindo que este em determinados momentos impõe ordem na Assembleia e noutra momento colabora para que ela não exista. -----

No que se refere à proposta apresentada, referiu que invocou aquilo que lhe pareceu razoável e correto. Não ficaria zangado com o Sr. Presidente nem com ninguém. Percebe a preocupação do Sr. Presidente da Câmara, mas tem direito a expressar o seu entendimento. Vivendo em Macieira de Cambra não é tão bairrista quanto possam pensar, mas ainda há pouco ouviram elogios a Macieira de Cambra e a este espaço, mas depois em determinado momento, esquecem-se

2014.12.15

disso e vão contribuir para a desertificação de Macieira de Cambra. Esta é a realidade. Em Macieira de Cambra não poderia ter outro gesto para além daquele que vai ter. -----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que há razões emocionais que o ligam fortemente ao Cinema de Vale de Cambra, dado que naquele palco apresentou alguns espetáculos de variedades com a sala completamente lotada, com bilhetes vendidos com antecedência e com cadeiras suplementares, às vezes com 800, 900 espetadores. Alguns desses espetáculos de beneficência, a favor da UNICEF e vários a favor da Cruz Vermelha, entre outros. Até nesse aspeto o cinema de Vale de Cambra teve um papel relevante no apoio à comunidade social, mas também de facto à cultura. Tenta ser racional e afastar todas estas emoções que a casa lhe recorda, não precisou pensar muito, pois tomou conhecimento desta declaração de interesse municipal aprovada pela Câmara através das redes sociais e o número de pessoas que manifestava o seu apoio a esta decisão, algumas expressantes e outras através do “like” era extraordinária. Há bem pouco tempo eram já de seiscentas e tal pessoas. Verificou a origem destas pessoas, sendo a sua generalidade de Vale de Cambra e alguns eram emigrantes e que manifestavam a saudade da casa e outros o interesse municipal que tinha. Por isso acha que é importante, foram eleitos pelo povo, embora não se possa considerar o povo apenas aqueles que têm acesso às redes sociais, mas acha que é já um sinal importante que a população de Vale de Cambra tem francas expectativas que esta casa deixe de ser utilizada para um fim para o qual não foi destinada e volte a ter essa finalidade. Até porque foi dito que há muitos espetáculos que foram perdidos no concelho por falta de um espaço com dimensão adequada. Fazendo também comparação com os concelhos circundantes, só em Vale de Cambra este processo ainda não aconteceu, dado que a Casa da Criatividade em S. João da Madeira era o antigo cinema, e é da

2014.12.15

Câmara Municipal, o Cine Caracas em Oliveira de Azeméis foi comprado pela Câmara Municipal, o cinema de Arouca foi comprado pela Câmara Municipal, o Cinema em Sever do Vouga também foi comprado pela Câmara Municipal.-----

Interveio o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro referindo que a questão foi bem colocada pelo Sr. Presidente da Câmara, está em questão a declaração de interesse municipal, não se fala para já em aquisição. E quanto ao interesse ele é inquestionável. A aquisição é uma outra questão que terá de ser estudada mais tarde, e que tem a ver também com aquilo que o Sr. Eng.º Afonso referiu, provavelmente haverá um contrato de arrendamento, que terá de ser interpretado convenientemente, porque pode mudar o senhorio mas o arrendatário continua provavelmente com os meus interesses. Relativamente ao interesse ele é real. Referiu que as infraestruturas são necessárias sem dúvida, mas porem-se daqui em cotejo Macieira - Vale de Cambra já passou um pouco de moda. O Centro Cultural tem de ser rentabilizado e esta Câmara e a anterior têm vindo a fazê-lo, se não, não haveria possibilidades e seria mais um elefante branco, o que felizmente não está ser. Se houver instalações muito bem, há apetência para se desenvolverem atividades, mas se não houver Orfeões, Grupos Corais, Grupos de Teatro, Ranchos Folclóricos, não há cultura de certeza absoluta e então os elefantes brancos estão aí, feitos de outra maneira. As associações debatem-se com problemas de toda a ordem, não têm possibilidades de simples subsistência, é uma questão de sobrevivência, a qualquer altura não têm simplesmente associações, necessitam de financiamento. Fazendo referência à intervenção do Sr. Campos, disse que não é assim tão fácil arranjar um grupo de teatro e sustentá-lo. Pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara, concordando com a Declaração de interesse, que os atos subsequentes tal como a aquisição, sejam conciliados com o subsidiar das associações existentes a nível cultural, pela Câmara Municipal dentro das suas possibilidades, pois sem associações não

2014.12.15

interessa haver casa.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques ainda que aumentem a dívida contingente da Câmara com a aquisição do cinema, o que não acontecerá já hoje, arriscaria. Vale de Cambra precisa de uma boa sala de espetáculo, e não deslustra o Centro Cultural de Macieira de Cambra. Estão a falar de salas com dimensões diferentes. Hoje em Vale de Cambra não é possível realizar um grande espetáculo, não é possível fazer uma grande organização, não é possível fechar uma campanha eleitoral como muitos anos se fechou no cinema. Também aí para os candidatos é um espaço privilegiado para se apresentarem e para apresentarem as suas propostas à população. Referiu que quando foi Vereador da Cultura abordou os proprietários no sentido de ou venderem o edifício ao Município ou transformarem o edifício nas diferentes áreas em propriedade horizontal para venderem ou arrendarem as frações respeitantes à sala e instalações conexas, para que o Município pudesse ter durante todo o ano animação naquele espaço. Na altura os proprietários disseram que tinham entregue a um arquiteto para fazer a reconversão do espaço e não estavam no momento abertos a negociação. E tendo o Sr. Presidente da Câmara adiantado algumas intenções para com o espaço, referiu que faz falta pois existem instituições que estão muito mal e andam anos e décadas para resolver os problemas. Têm uma Academia de Música, que quando os jovens chegam ao ponto em que podem fazer a diferença, até para a animação cultural no concelho, porque começam a mostrar resultados e começam a desenvolver a sua aprendizagem, não podem continuar em Vale de Cambra porque não há instalações. Quando foi Vereador da Cultura chegou a enviar um projeto para a DREN com pretensão de fazer mais uma sala e algumas obras nas atuais instalações, para justificar a manutenção da Academia e poder vir a ter o ensino complementar. Isto faz muita falta à juventude. Depois as associações também

2014.12.15

precisam de espaço, diria até uma Casa das Associações assim como outros têm a casa da criatividade. Tudo que seja para a elevação, sem retirar nada a ninguém, haja dinâmica nas freguesias. Foi criada uma Federação de Coletividades em Vale de Cambra que sem vir a despender grandes dinheiros ao Município poderia criar pelo menos dois, três eventos no ano, um deles poderia ser a gala da cultura, a gala do desporto, que reconhecesse instituições. Em poucos anos tiveram associações desportivas na primeira Divisão de Hóquei em Patins, na primeira Divisão de Basquetebol. Tiveram em Vale de Cambra a gravação de um CD integral Lopes Graça pelo Orfeão, tendo-se deslocado uma equipa técnica da Antena 2, que veio verificar se havia condições acústicas no Centro Cultural, concluindo que o mesmo era melhor que a Casa da Música do Porto. Compreende o sentimento e partilha das preocupações do Sr. Eng.º Afonso, mas são coisas diferentes. Acrescentou que a Santa Casa da Misericórdia esteve há uma semana na Festa de Natal das crianças e o Centro Cultural estava cheio, com gente sentada nas laterais. Não daria para encher o cinema mas ali ficou fantástico. Portanto o Centro Cultural continua a ter o seu lugar, assim como a sala da Biblioteca que dá para cerca de noventa pessoas. Existem várias realizações, com vários públicos, com diferentes dimensões, havendo várias opções que podem escolher. Por isso que venha a dívida contingente para a compra do cinema.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho interveio para retirar a palavra chacota, por não usar esse tipo de atuação. Apenas quis dizer que presenciou equipas (executivos) que foram responsáveis pela descentralização da cultura através da construção dos Centros Cívicos. Os primeiros foram construídos nas Freguesias mais pequenas, Vila Cova de Perrinho e Codal, e chegaram à Freguesia de Macieira de Cambra com o Centro Cultural também com a preocupação de descentralizar. É evidente que tiveram a nega da compra do

2014.12.15

cinema. Quando disse que vota favoravelmente este ponto e disse ser possível ter tudo a funcionar, disse-o porque já assistiu a espetáculos de grande qualidade em todos os centro cívicos. Pergunta é porque não há-de funcionar em simultâneo com o cinema. Vota favoravelmente nos termos em que é pedido, isto é a Declaração de Interesse Municipal, mais nada.-----

No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga disse subscrever as duas anteriores intervenções. Informou que em novembro fez um pedido à Câmara Municipal para utilizar o Centro Cultural, em nome de uma associação de proteção de animais da qual é sócio, sendo que a Câmara apontou para finais de março a realização do espetáculo. Isso significa que eventualmente vindo a ter o cinema, não significa o esvaziamento do centro cultural. Como foi dito há espetáculos com dimensões diferentes. Realizou em 1973 o primeiro baile no cinema de Vale de Cambra, tendo realizado vários espetáculos de dança e música com sala cheia. Pode o mesmo vir a funcionar em articulação com o Centro Cultural. Se existirem duas salas as associações não teriam de esperar tanto como a Patinhas que está há quatro meses à espera para realizar um espetáculo para recolha fundos para pagar dívidas.-----

O Sr. Manuel Correia de Campos esclareceu que arranjava uma equipa de teatro para vir atuar, não era para criar a equipa.-----

O Sr. Presidente da Assembleia disse entender por conveniente que quando se passasse à parte prática da compra do espaço, seja presente à Assembleia Municipal uma visão do plano cultural de utilização das várias salas de espetáculo, o que daria um conforto muito grande aos Membros da Assembleia, pelo que o solicitou ao Sr. Presidente da Câmara.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor, tendo-se absterido o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, declarar de Interesse Municipal o Cinema de Vale de Cambra, nos termos e condições da proposta da

2014.12.15

Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze.-----

7. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL/ARSOPI,S.A. –

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2 DE DEZEMBRO: Presente

deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze, pela qual reconhece o interesse público municipal da ARSOPI, S.A., com os seguintes fundamentos: “A Câmara Municipal declara o Interesse Público Municipal para a ampliação das instalações da empresa Arsopi – Industrias Metalúrgicas, Arlindo S. Pinho, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 15 de novembro, reconhecendo o interesse nacional e internacional da atividade desenvolvida, pelo impulso dado ao emprego ao nível local e regional, a criação de riqueza e a mobilização de novos protagonistas na promoção de investimento produtivo, o que é traduzido em interesse económico, social e ambiental e comprovado através de relatório apresentado pela empresa onde, discriminadamente, apresenta, valores de produção de bens e serviços por atividade económica, bem como a faturação da empresa dos últimos 2 anos.-----

Ao nível do emprego o número de postos de trabalho é significativo – 380, apresentando uma estratégia de produção de novos produtos que permitirá a criação de novos empregos, sendo a estratégia complementada pela aposta na formação de recursos humanos.-----

É demonstrado, no relatório, que esta é uma empresa fiável, dedicada à conceção, fabrico montagem e comercialização de produtos de elevada complexidade tecnológica, garantindo um forte nível de exigência em termos de fiabilidade e qualidade dos produtos. Aliás, este investimento enquadra-se nessa linha, pois os níveis de exigência obrigam a uma separação dos métodos de fabrico, aço carbono e aço inox, em pavilhões diferentes. -----

Esta empresa é amplamente certificada o que garante, à partida, a elevada preocupação que dedica às questões e exigências legislativas, nomeadamente as

2014.12.15

ambientais como fica demonstrado ao longo do relatório, através das medidas adotadas da mitigação ou eliminação de eventuais impactos ambientais.” -----

O Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes explicou que este assunto vem no seguimento de uma legislação que prevê que as empresas para se expandirem em sede de ordenamento do território e que haja um constrangimento ao nível dos Planos de gestão do território o possam fazer, reunindo uma série de condições, sendo uma delas o reconhecimento do interesse público municipal da unidade fabril para o concelho e a população. Solicitou a transcrição da fundamentação da deliberação de Câmara tomada, o que acima se pode ler.-----

Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida informando que se iria retirar da sala, em virtude de integrar a administração da ARSOPI. Contudo, e sem querer influenciar a decisão de ninguém, ofereceu-se para prestar algum esclarecimento necessário uma vez que tem informação privilegiada sobre a matéria.-----

O Sr. Presidente da Assembleia permitiu ao Sr. Dr. José Soares que permanecesse na sala para prestar algum esclarecimento, até à votação altura em que teria de abandonar a sessão.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques referiu que se regozijam com o reconhecimento de interesse publico municipal para a ARSOPI, SA. Saúdam a administração da ARSOPI na pessoa do Sr. Dr. José Soares, o muito que a ARSOPI tem feito por Vale de Cambra e pelas suas famílias. É hoje uma indústria de referência mundial, está a montar equipamentos em todo o mundo, é fantástico e por isso não podiam deixar de regozijar-se com isso. Regozijam-se também pela iniciativa do Sr. Ministro Moreira da Silva que fez cair algumas “vaquinhas sagradas” que o incomodaram solenemente no tempo em que foi Vereador do Pelouro das Obras, tendo tido discussões com o Secretário de Estado e

2014.12.15

responsáveis da CCDR-N porque suas excelências, os senhores pinheiros, eucaliptos e silvas tinham prioridade à criação de emprego, ao desenvolvimento da economia, ao alargamento de instalações industriais. Veja-se o tormento que muitas industrias de Vale de Cambra tiveram, como a INOCAMBRA e outras. Referiu ainda uma outra empresa que estava consignada a um “colete de forças” pois embora tivesse imenso espaço à sua volta de floresta não podia aumentar um metro quadrado, porque o Plano Diretor Municipal (PDM) cortou a possibilidade de ampliar um m² que fosse. A empresa estava na contingência de fechar porque não conseguia aumentar a sua área para construir uma linha de pintura, num mercado altamente concorrencial em que noventa por cento do que fabricava era para exportação. Com os técnicos da Câmara Municipal, a empresa e a CCDR-N houve uma situação de compromisso, em que a empresa reuniu da parte dos vizinhos uma declaração em como não viam inconveniente na ampliação. A Câmara Municipal assumiu o compromisso de remeter para a revisão do PDM a alteração para ingressar em área industrial e a CCDR-N, através do seu Presidente da altura, um homem sensível, fantástico assumiu o compromisso para “violar” o PDM em nome de uma boa causa. E ainda hoje a empresa continua a laborar, a exportar e a criar riqueza para Portugal. Finalmente caíram algumas “vaquinhas sagradas”, bem-haja porque precisam apoiar a indústria, apoiar a criação de riqueza e apoiar a fixação de gente em Vale de Cambra. Bem haja a ARSOPI.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pinheiro manifestou total concordância com o reconhecimento de interesse público municipal, por muitas das razões invocadas pelo Dr. Pina Marques porque de facto aqui trata-se exclusivamente de apoiar a economia local, a economia nacional, mas também apoiar o País. Ao apoiarmos a economia de forma transversal estarão a permitir que se mantenham os empregos em Vale de Cambra e que se possam criar mais

2014.12.15

empregos e mais riqueza. A referida legislação vai ter nesta fase um ano de vida, porque foi criada para apoiar as empresas a nível nacional. Têm dado nota disso a todos os empresários que já manifestaram alguma necessidade de legalização de ampliação ou de outra intervenção nas suas empresas e que sobretudo por condicionalismos de ordem legal não o podiam fazer, para que tratem rapidamente do processo desde que seja enquadrável na legislação agora aprovada.-----

A Câmara Municipal aprovou o pedido de reconhecimento de interesse público pelas razões apresentadas, pela importância que a ARSOPI tem para a nossa economia e por todos os Valecambrenses que lá laboram.-----

O Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras manifestou total concordância e regozijo pela presente proposta que é bem vinda. Mais deveriam surgir do tecido empresarial de Vale de Cambra. Votará favoravelmente.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia a concessão da palavra ao Chefe, em regime de substituição, da Divisão de Planeamento, Ambiente e Gestão Urbanística presente na sessão, de modo a prestar mais algumas informações. **Concedida então a palavra ao Sr.**

Dr. Armando Ribeiro informou que o documento a ser aprovado não significa que viabilizará a ampliação desta unidade ou de outros pedidos que possam aparecer. Este é um documento que será entregue pela empresa à entidade licenciadora que por sua vez em sede de conferência de serviços solicitará a todas as outras entidades interessadas (neste caso está em causa a participação da Comissão Nacional da Reserva Agrícola) que participem nessa conferência, e só depois desta é que a autorização será concedida. Se o parecer for favorável então a Câmara Municipal terá de promover a alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM).-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal na sequência das intervenções

2014.12.15

anteriores referiu que a Câmara deverá fazer *lobby* no sentido de que as coisas aconteçam.-----

Por se encontrar impedido de votar este assunto, retirou-se da sessão o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, reconhecer o Interesse Público Municipal da ARSOPI, S.A., nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze.-----

Reentrou o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida e ausentou-se da sessão, por momentos, a Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves.-----

8. PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2014: Presente deliberação da Câmara Municipal de sete de outubro de dois mil e catorze pela qual propõe à Assembleia Municipal a aprovação da primeira revisão orçamental de dois mil e catorze resultante da aplicação do saldo de gerência do ano de dois mil e treze, no valor de 1.511.240,65, dando como ratificados e convalidados os atos praticados, com efeitos à data da apresentação da conta de gerência, 28 de abril de 2014.-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes referiu que esta é a primeira revisão orçamental, que normalmente é executada na assembleia após a aprovação das contas. Houve um procedimento administrativo que se foi adiando e que é agora apresentado. É um procedimento meramente orçamental e contabilístico resultante do saldo de gerência do ano anterior. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a primeira revisão orçamental de 2014, resultante da aplicação do saldo de gerência do ano de dois mil e treze, no valor de 1.511.240,65€, dando como ratificados e convalidados os atos praticados, com efeitos à data da

2014.12.15

apresentação da conta de gerência, 28 de abril de 2014.-----

Reentrou na sala a Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves.-----

9. SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2014: Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze pela qual propõe à Assembleia Municipal a aprovação da primeira revisão orçamental de dois mil e catorze.-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos

Gomes referiu que esta segunda revisão orçamental tem a ver com o que já reverteram para o orçamento de 2015, porque vão ajustando a execução orçamental aproximando os orçamentos da realidade da receita do Município. Esta segunda revisão orçamental também visa acomodar a “virtual” compra do cinema, se tomarem a decisão de comprar tem de estar previsto no orçamento e mapa de fundos. Esta revisão visa essencialmente aproximar a orçamentação da receita municipal (que diminuiu), à despesa e à sua execução.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que essa aproximação que se fazia relativamente aos orçamentos à medida que o ano se esgotava chamava-se de “alteração orçamental”. Fazia-se uma revisão quando havia mais dinheiro ou quando não havia rubrica para uma obra que se queria implementar. Assim, pergunta porque é feita uma revisão e não uma alteração orçamental.-----

O Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes esclareceu que a revisão é feita porque não há alteração. A alteração orçamental tem lugar quando existe dinheiro numa rúbrica e se quer alterar para outra rúbrica. Nesta revisão está feita uma alteração ao nome de uma rubrica prevendo a aquisição de edifícios. É também feita porque a receita que tinham de 21milhões não se vai conseguir executar e foi-se ao lado da receita e ao lado da despesa equilibrar, estando a aproximar o orçamento mais à realidade. Estão a rever o valor do orçamento de vinte e um milhões para vinte milhões e qualquer coisa.-----

2014.12.15

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que há uma redução líquida porque há uma redução de um milhão duzentos e vinte e seis mil e duzentos euros (1.226.200,00€) e um reforço de quatrocentos e quarenta e um mil euros (441.000,00€).-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar a segunda revisão orçamental de 2014, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de dois de dezembro de dois mil e catorze.-----

10. DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA PROCEDIMENTOS CONCURSAIS (CARGOS DE CHEFE DE DIVISÃO) – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2 DE DEZEMBRO:

Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro remetendo proposta de composição do Júri para os procedimentos concursais para os cargos de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Chefe da Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, Chefe da Divisão de Planeamento, Ambiente e Gestão Urbanística, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município vai abrir procedimentos concursais e tem de haver um júri para os respetivos procedimentos. O que está em causa é a validação da proposta de designação dos referidos júris, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião dois de dezembro.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, designar o seguinte Júri para os procedimentos concursais para os cargos de:-----

- Chefe da Divisão Administrativa e Financeira; e Chefe da Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura:-----

Presidente: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

2014.12.15

Vogal: Eng.º Joaquim Manuel Boavida Santos Costa; -----

Vogal: Dr.ª Emília Maria Ferreira de Sousa.-----

- Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais; e Chefe da Divisão de Planeamento, Ambiente e Gestão Urbanística:-----

Presidente: Eng.º Joaquim Manuel Boavida Santos Costa;-----

Vogal: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

Vogal: Dr.ª Emília Maria Ferreira de Sousa. -----

11. REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE 30 DE SETEMBRO DE 2014 (Ponto 15 da Ordem do Dia) E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO - SEIS ASSISTENTES OPERACIONAIS: Presente

deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro, pela qual revogou a sua deliberação de doze de agosto (ponto 10) e propõe à Assembleia Municipal a abertura de procedimento concursal de admissão de seis trabalhadores para constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, reconhecendo a sua imprescindibilidade do recrutamento.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva informou que este pedido já havia sido apresentado mas na altura não tinha sido consultado o INA, agora o INA já foi consultado e o pedido vem novamente. São necessários seis assistentes operacionais para colmatar as falhas que existem nas escolas.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho disse que a sua bancada vai votar a favor tendo em conta a informação contabilística que o Sr. Presidente da Câmara apresentou hoje.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por vinte e cinco votos a favor e três abstenções dos Senhores Eng.º Afonso da Silva Almeida, Dra. Teresa Maria

2014.12.15

Moreira Gonçalves e João Pedro Costa, da bancada do PS: revogar a sua deliberação de 30 de setembro de 2014, bem como autorizar a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado - seis assistentes operacionais, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2014.-----

12. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO - QUATRO ASSISTENTES OPERACIONAIS E UM ASSISTENTE TÉCNICO:

Presente deliberação da Câmara Municipal de dois de dezembro pela qual propõe à Assembleia Municipal a abertura de procedimento concursal de admissão de cinco trabalhadores para constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, reconhecendo a sua imprescindibilidade do recrutamento.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva informou que, ao longo do deste ano, tem-se verificado que numerosos assistentes operacionais têm abandonado os serviços da autarquia uma vez que têm ido para aposentação. Para repor determinados serviços solicita-se que lhes seja permitido a substituição de quatro assistentes operacionais e um assistente técnico que serão destinados para as funções de: um para funções de pavimentação; dois para funções de jardineiro; e um para funções de limpeza. O assistente técnico exercerá funções no armazém municipal. Todos estes são indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços.-----

Interveio o Sr. João Manuel Mateus Lameiras referindo que tudo o que seja para criar emprego, público ou privado, é bem-vindo. No entanto, realçou a dívida existente e que ao longo desta sessão foi sendo referenciada, bem como o orçamento para o ano de dois mil e quinze, se ainda assim é possível conciliar

2014.12.15

isso com a criação de emprego, tudo muito bem, que criem emprego pois é o que se precisa.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, autorizar a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado - quatro assistentes operacionais e um assistente técnico, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 2 de dezembro de 2014.-----

Ausentou-se da reunião o Sr. Rogério Brandão dos Santos.-----

13. ORÇAMENTO PARA 2015 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015/2018:

Presente deliberação da Câmara Municipal de trinta de outubro de dois mil e catorze, pela qual aprovou os documentos relativos ao Orçamento para o ano de 2015, remetendo os mesmos para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de dezembro.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal proferiu a intervenção, que se transcreve: “Pese embora a situação financeira asfíxiante, o endividamento comprometedor, resultantes de uma gestão que herdamos, as obras com financiamento aprovado sem execução física e financeira, que condicionaram o exercício deste primeiro ano de mandato, obrigaram este executivo a encontrar soluções que anulassem o perigo de perda de financiamento, o perigo de perda de credibilidade junto de fornecedores, o perigo de não cumprimento da lei dos compromissos, o perigo de eventual falha no pagamento de ordenados, conseguiu-se não só ultrapassar estas barreiras e todos estes constrangimentos bem como reduzir mais de 3,5 milhões de euros na dívida e termos feito o pagamento de 7 milhões de euros resultantes de compromissos assumidos pelos anteriores executivos. E eu aqui estou a falar à data da apresentação do orçamento na reunião de Câmara.-----

2014.12.15

Orgulhamo-nos de ter conseguido ultrapassar os obstáculos suficientes para não por em causa o funcionamento do Município e a prestação de serviços à população.-----

No entanto a atual situação financeira permite-nos começar a projetar o desígnio para o qual fomos eleitos em 2013 - Fazer crescer Vale de Cambra.-----

Sobriamente, responsabilmente, com rigor e transparência assinalamos o dia de hoje com a apresentação deste Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e assim marcamos o início da concretização do nosso projeto para Vale de Cambra.

Não podendo de forma alguma fazer tábua rasa da herança pesada não podemos deixar de responder à confiança e expectativas em nós depositadas pela esmagadora maioria dos Valecambrenses.-----

Todo este percurso foi realizado sem aumentar impostos, taxas e encargos das famílias, mesmo sabendo por alto antes da tomada de posse da preocupante situação financeira do Município cumprimos para com os Valecambrenses ao não aumentar a carga fiscal e o valor dos serviços prestados à população.-----

Um projeto para Vale de Cambra foi legitimado pelos Valecambrenses, sentimos por isso a responsabilidade de o executar.-----

Não abdicamos de gestão autárquica, rigorosa, transparente, simplificada e inovadora.-----

Não abdicamos de melhorar a qualidade de vida das nossa populações.-----

Não abdicamos de um relacionamento próximo das Juntas de Freguesia, não olhando a cores políticas e respondendo às suas necessidades mais prementes.--

Permitam-me afirmar que as Juntas de freguesia representam as suas respetivas populações e foram chamadas a dar o seu contributo na elaboração destes documentos.-----

Congratulo-me com o seu elevado sentido de responsabilidade e compreensão pelos condicionalismos financeiros a que estamos sujeitos.-----

2014.12.15

Este orçamento foi elaborado com a participação dos legítimos representantes das populações encerrando em si as aspirações realistas de toda e cada uma das freguesias.-----

Cumprimos com o Estatuto da Oposição chamando os líderes concelhios para se pronunciarem sobre a proposta de orçamento e demonstramos abertura para a apresentação de contributos. -----

Assim estes documentos são um compromisso sério e realista mas que não deixa de encerrar em si uma elevada dose de esperança para todos os Valecambrenses.-----

É um Orçamento que não compromete o futuro e que consagra o desígnio de fazer crescer Vale de Cambra.”-----

O Sr. Vereador do Pelouro Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, referiu que sempre que se elaboram documentos estratégicos, com a importância e responsabilidade que tal acarreta, importa transpor para os mesmos as características que qualquer decisor político deve adotar para as medidas que implementa – rigor, transparência, aplicação eficiente dos dinheiros públicos. Importa também ter presente que o pagamento de dívida tanto a fornecedores como a entidades financeiras deve estar vertido naqueles documentos, o que obriga a uma escolha criteriosa de todos os novos investimentos, dada a escassez dos recursos. A proposta de orçamento do Município de Vale de Cambra para o ano de 2015 teve em conta não só o atrás exposto como também o contexto macroeconómico do país e, obviamente, as prioridades ao nível da gestão local.-----

De seguida, e **com o apoio do Chefe, em regime de substituição, da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Rui Valente,** o Sr. Vereador António Alberto explanou alguns aspetos do orçamento recorrendo à projeção de uma apresentação para todos os presentes. -----

2014.12.15

Os aspetos conjunturais na elaboração do Orçamento 2015 e as Grandes Opções do Plano 2015/2018 teve inerente alguns fatores: aspetos conjunturais nacionais, endividamento local e os seus limites e a aproximação a uma execução ótima.-----

Valores históricos globais: em anos anteriores os orçamentos comportavam os seguintes valores: em 2010 o orçamento foi de 31.772.833€, com uma execução de 51,9%; em 2011 o orçamento foi de 30.931.000€ e teve uma execução de 54,7%; em 2012 o orçamento foi de 29.674.835€ e a sua execução foi de 63%; em 2013 o orçamento foi de 23.322.000€ com uma execução de 75,5%; o orçamento de 2014 foi de 21.425.000€, estimando-se a sua execução nos 80%.---

O orçamento para 2015 agora apresentado tem o valor de 17.525.000€ em que as receitas correntes são orçamentadas em 13.742.216,00 euros, que suporta a despesa corrente de 11.425.991,00 euros, enquanto a receita de capital fica pelos 3.782.784,00 euros para uma despesa de capital de 6.099.009,00 euros.-----

Em termos globais, o orçamento apresentará um decréscimo de 18,20% face a 2014, ou seja, de 3.900.000,00 euros, passando de 21.425.000,00 euros para 17.525.000,00 euros.-----

Relativamente à despesa, salienta-se o peso que adquirem a “aquisição de bens e serviços”, as “despesas com pessoal” e as “aquisições de bens de capital” pesando do lado contrário da balança os “ativos financeiros”, as “transferências de capital” e os “juros e outros encargos”. Apresentou o quadro Despesas Orçamentais 2015, Correntes e de Capital, conforme constante dos documentos previamente distribuídos (Orçamento 2015, subtítulo 3.Previsão das despesas Municipais, Quadro 3).-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, salientou as “Funções gerais” no valor de 1.262.650€, bem como as “Funções Sociais”, os desígnios que os levaram a ser eleitos, com um valor de 2.925.500,00euros, e as “Funções económicas” no valor de 2.227.250€.-----

2014.12.15

Apresentou ainda as rubricas pelas quais se distribuem as receitas orçamentais para 2015, num total de 13.742.216€.

Pretende-se uma gestão criteriosa com um orçamento que apresente um rigor económico financeiro, na perspetiva de aproximar cada vez mais a questão da execução com a receita arrecadada.

Finalizou referindo que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano configuram por definição os documentos que apontam as linhas estratégicas de atuação municipal, apresentam assim um orçamento mais realista possível e que alicerça uma saúde financeira, um orçamento que almeja o desenvolvimento do Município e um orçamento que representa a generalidade dos desígnios do executivo.

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida solicitou alguns esclarecimentos/informações, designadamente qual o valor das despesas com o pessoal no orçamento de 2014, sendo que as despesas com o pessoal no orçamento de 2015 são de 4.186.650€. Após resposta do Sr. Vereador do Pelouro, o Sr. Eng.º Afonso referiu que pela análise que fez, embora esta não seja a sua especialidade, pelo que lhe parece o valor orçado em 2014 era de 4.131.100€.

Retomou a palavra o Sr. Vereador do Pelouro informando que mantendo-se os pressupostos de 2014 a despesa com pessoal em 2014 ainda vai ser mais alta do que aquela que está orçada para 2015 porque tinham muitos contratos que terminaram no início de 2014. Por imperativo legal teve de haver redução de pessoal. Mesmo com as novas entradas, que tem de estar orçamentadas, a previsão dos gastos com pessoal em 2015 prevê-se que seja menor que em 2014.

Continuando o Sr. Eng.º Afonso Almeida referiu que pela análise dos números apresentados não foi isso que constatou, mas vai acreditar que assim seja.

Perguntou qual o valor destinado às associações e instituições sociais.

2014.12.15

O Sr. Vereador Dr. António Alberto respondeu não ter o valor presente na memória e que o mesmo consta dos mapas distribuídos. Referiu que os valores serão distribuídos às associações, nos termos do que for deliberado pela Câmara Municipal. -----

Concedida a palavra ao Chefe, em r.s., da DAF, Dr. Rui Valente explicou que as rubricas ou ações inerentes à atribuição de subsídios/transferências estão separadas. Na 2004/A4, na primeira página das Grandes Opções do Plano, nas transferências correntes para instituições, comércio, serviços e industria; logo de seguida transferências correntes para instituições desportivas, culturais e recreativas, tem o valor de 54mil euros. Depois para a mesma tipologia de instituições, nas transferências de investimento tem o valor de 80mil euros. Na página 3, das Grandes Opções do Plano, na 2004/A13, para a Escola Tecnológica 36mil euros. Posteriormente e presumindo que o Sr. Eng.º Afonso se referia a isto, nas rubricas 2004/A15 e 2004/A16 as transferências correntes e de investimento para Instituições de fim social têm previstos 29mil euros e 30mil euros, respetivamente.-----

Retomando a palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida disse que está melhor do que no ano anterior, mas que ainda está aquém daquilo que deveria. A noção que têm é que este orçamento contrariamente ao que foram assistindo ao longo dos anos – orçamentos irrealistas, havia uma razão de ser, haveriam outras vantagens, hoje felizmente começam a ter orçamentos mais realistas o que acham ser de bom tom e positivo. Quanto às instituições continuam a dizer que é pouco, não obstante os três milhões que reduziram ao orçamento, continuam a pensar que é pouco para as associações. As associações recreativas e desportivas em Vale de Cambra estão a desaparecer aos bocadinhos por várias razões, mas uma delas é que durante vários anos e, concretamente as associações desportivas, viveram à sombra dos orçamentos da Câmara

2014.12.15

Municipal. Era um exagero. As associações desportivas não são a parte principal do cidadão de Vale de Cambra. A forma de corrigir isso foi de tal maneira que em quatro cinco anos chegou ao zero, as associações que estavam habituadas a ter determinado subsídio deixaram de o ter e aquelas com menos capacidade de organização foram-se embora, existindo outras na eminência de ir. A título de exemplo, referiu que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis deu ao Oliveirense Futebol 232mil euros, segundo publicado no jornal, para o Hóquei Patins e Basquetebol 110mil euros. Uma associação de Futsal com cerca de 30 atletas, da vizinha Ossela, recebeu aproximadamente 10,5mil euros. Aqui temos equipas como o Valecambrense, o Macieirense, a ACR, que movimentam muito mais gente, que dão formação a muitos jovens, e aquilo que recebem é muito pouco. Referiu a título de exemplo que a ACR é a associação com mais património em Vale de Cambra mas que está quase em vias de extinção. O Sr. Vereador António Alberto ainda não há muito tempo esteve numa reunião e viu as dificuldades em que aquela Associação sobrevive. Entende que o Município tem o dever de apoiar mais estas associações culturais, grupos etnográficos, etc. Está menos mal que o ano passado, mas ainda não está bem a ponto de votar favoravelmente.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu não ter nada contra este orçamento de cerca de dezassete milhões. Pensa que como foi dito pelo Dr. José Soares, julga que este orçamento faz como o BES, varre as contingências para debaixo do tapete porque não as apresenta aqui. Há qualquer coisa que não está certo. As dividas têm de estar no orçamento tal como as receitas. Relativamente ao Plano e Orçamento propriamente dito, e visto de acordo com a informação prestada hoje pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que sendo o segundo apresentado neste mandato já houve tempo para definir uma estratégia, uma vontade política e ambição que não estão patentes neste orçamento. Também

2014.12.15

não vislumbra um quadro comunitário que se aproxima e que no seu entender deveria ter portas de entrada para as candidaturas que a Câmara com toda a certeza vai apresentar. O Município perdeu o primeiro Quadro Comunitário. Quer que este QCA seja plenamente aproveitado pela Câmara de Vale de Cambra e não o vê neste orçamento. Informou que o seu sentido de voto será a abstenção.-

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que nas despesas correntes na rubrica 04.07 - “transferências para instituições sem fins lucrativos” tem uma corrente de 220mil euros (04.07.01.01) e uma outra “PPA” de 568mil euros (04.07.01.02), pelo que perguntou se são apoios a instituições que podem ser de carácter associativo ou não.-----

O Sr. Dr. Rui Valente, Chefe, em r.s., da Divisão Administrativa e Financeira informou que o Dr. José Soares refere-se ao Orçamento e que o mesmo vai buscar a soma de todas as transferências correntes para associações e instituições. -----

Retomou a palavra o Sr. Dr. José Soares referindo que estão aqui até alguns subsídios atribuídos anteriormente, e o impacto de alguma dívida não contabilizada, que não é contingente porque já está decidida. Provavelmente retira aqui espaço de manobra para dar novos donativos. Mas de facto há a contingente que não está aqui, vão depois ver até que ponto irá condicionar a realização e execução do orçamento e se não irá obrigar a algumas retificações orçamentais. Este orçamento tem uma quebra de 18% em relação ao de 2014, e fixa-se em 17,5 milhões de euros. Comparando com os 31,7milhões de 2010 podem pensar que estão hoje a ter um orçamento de cerca de metade, mas o orçamento não passa de uma previsão, e em 2010 a execução do orçamento foi de apenas 51,9%, significa que em 2010 só se investiu 16,2milhões de euros. Se este orçamento tiver uma execução de 100% vai para os 17,5milhões. É um orçamento de contenção, condicionado pela realidade existente, e mantém uma

2014.12.15

estrutura ao nível das receitas e das despesas, mais ou menos em linha com os anteriores. Normalmente quando se apresenta o Orçamento a atenção recai sobre as rubricas das Despesas de Capital por serem aquelas que traduzem o investimento. Ao longo dos últimos dez, quinze anos, através de um bom aproveitamento dos Fundos Comunitários foi-se investindo muito. Normalmente quando se pensa em investimento não se pensa muito nas consequências futuras em termos de conservação e manutenção desse investimento. Se considerarem que em média um investimento tem uma taxa de depreciação de 10 a 15% ao ano, significa que atualmente e considerando 15 anos de investimento, só para mantermos o que foi investido é necessário o correspondente a um ano de investimento desses anos anteriores. É com agrado que vê que as receitas correntes já financiam a totalidade das despesas correntes e ainda geram 20% que canalizado para as despesas de capital e de investimento.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referiu que sendo o Orçamento a parte mais importante da ordem de trabalhos, passado três horas e meia estar a discutir um assunto de tal importância, perguntou se não seria melhor discutir o mesmo logo após o período de antes da ordem do dia. A esta altura podem não ter todos a frescura necessária para discutir o Orçamento com a seriedade que ele merece.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu ter estado envolvido na venda de uma determinada empresa, sendo que às seis da manhã ainda estavam no gabinete dos advogados a discutir o assunto. Dirigindo-se ao Sr. Eng.º Afonso referiu não saber qual o espírito que o anima a ser membro da Assembleia, mas ele como Membro da Assembleia e a partir do momento em que se candidatou teve de assumir a disponibilidade para as situações e fundamentalmente fazer o trabalho de casa para saber o que é pertinente, por forma a não se perder tempo, e daí os seus apelos à objetividade e àquilo que interessa para o Município de Vale de Cambra. Têm cinco sessões por ano, tudo vai do planeamento, como se

2014.12.15

organizam e preparam para as mesmas, e as questões oportunas ou não que se colocam. Se não se preparam, pedem esclarecimentos de coisas que foram facultadas para estudar em casa, e só aqui é que levantam as questões. Esta é a sua interpretação. Entende que é uma falta de respeito para com os eleitores. Sobre o rigor da condução dos trabalhos, referiu que a sessão tinha muito pontos que lhe pareceram fundamentais ser discutidos e daí ter deixado que os Membros se expressassem sobre eles. Este é o seu entendimento sobre os seus deveres a partir do momento em que se propôs ao eleitorado.-----

O Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes informou que a Câmara Municipal é obrigada a apresentar o orçamento até 31 de outubro, e nessa data ainda não tinham conhecimento do resultado da auditoria. As revisões orçamentais poderão ser cada vez mais um instrumento utilizado na gestão, até por uma questão de cumprimento e grau de execução cada vez mais avaliados. Sempre que surgir uma janela de oportunidade virá aqui para ser aprovado para se fazerem candidaturas para o que for necessário.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar os documentos relativos ao Orçamento do Município de Vale de Cambra para 2015 e Grandes Opções do Plano para 2015/2018, por maioria de dezasseis votos a favor, dos catorze elementos da bancada do CDS/PP e da Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e do Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, da bancada do PPD/PSD; e onze abstenções dos restantes oito elementos da bancada do PPD/PSD e dos quatro elementos da bancada do PS.-----

Para os devidos efeitos, fica apensa à ata da sessão uma cópia dos documentos supra-citados.-----

14. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015: Presente deliberação da Câmara Municipal de trinta de outubro de dois mil e catorze, pela qual aprovou o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para dois mil e quinze,

2014.12.15

remetendo o mesmo para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, referiu que o Mapa de Pessoal não sofreu aumento no número de pessoas, mas foi revisto e atualizado conforme o novo organograma aprovado recentemente. Esclareceu que os sete assistentes operacionais que aparecem no Gabinete de Proteção Civil transitam da Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais, e que os Técnicos Superiores de Recursos Humanos e de Arqueologia, que aparecem no fim do Mapa, substituem os dois Técnicos Superiores que tinham em Arquitetura (Div. Planeamento) e em Comércio internacional (Div. Financeira). Informou que durante o ano de 2014 saíram vinte e três trabalhadores, exigindo a Lei que a redução fosse efetuada em número de quatro, ficando com um *plafon* de dezanove para entrar. Uma vez que já entraram quatro funcionários, e que se vai abrir procedimento para seis assistentes operacionais para a educação, e mais quatro assistentes operacionais e um assistente técnico, o número de vagas a ocupar será de quinze.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor e três abstenções dos Senhores Eng.º Afonso da Silva Almeida, Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, da bancada do PS, aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2015, ficando o mesmo apenso à ata da sessão.-----

15. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – INFORMAÇÃO: Presente deliberação da Câmara Municipal de quatro de novembro de dois mil e catorze, pela qual remete para acompanhamento mapas de execução do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, com valores apurados a 30 de setembro de 2014.-----

2014.12.15

O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou que este ponto tem como finalidade a fiscalização/acompanhamento da execução do PAEL por parte da Assembleia Municipal, de que deverá tomar conhecimento. Dispôs-se para prestar os esclarecimentos necessários quanto aos Mapas inerentes aquilo que foi o Programa a que o Município se submeteu quando foi buscar dinheiro ao PAEL para pagar compromissos assumidos.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do grau de execução dos objetivos previstos no Plano inerente ao Programa de Apoio à Economia Local, ficando os respetivos mapas apensos à ata da sessão. -----

16. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Não se registaram intervenções por parte do público presente, por não haver público inscrito.-----

Antes de terminar a sessão o Senhor Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, agradeceu o apoio a nível técnico e de funcionamento por parte da Dra. Isabel, da Anabela e da Marta, Colaboradoras da Câmara Municipal; agradeceu a contribuição de todos os Membros desta Assembleia para o cabal esclarecimento dos assuntos trazidos à Assembleia Municipal em prol de Vale de Cambra; agradeceu todo o apoio da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia e hoje em particular à Junta de Freguesia de Macieira de Cambra. -----

Por fim desejou a todos um Santo e feliz Natal e um próspero 2015, quer para as atividades políticas, quer profissionais e pessoais.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal desejou a todos os Membros da

